



Eixo II: Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenadores:

Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira – Dep. Ciências Sociais, UFC
Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira – Dep. Teoria Econômica, UFC

Pesquisadora

Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves - Dep. Ciências Sociais, UFC

Equipe de Apoio:

Genilria de Almeida Rios – Graduada em Sociologia, UFC;
Rayssa Alexandre Costa – Graduanda em Economia, UFC;
Roberto Alves Gomes – Mestrando em Logística e Pesquisa Operacional, UFC

**Fortaleza,
Novembro, 2010.**

SUMÁRIO

II.1. Introdução e considerações gerais -----	03
II.2. Hegemonia dos mercados financeiros, globalização e mudanças sócio-espaciais -----	05
II.3. Determinantes dos deslocamentos de empresas para espaços periféricos -----	09
II.4. As desigualdades espaciais do Estado do Ceará: forte concentração de excedente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). -----	14
II. 5. Desigualdade e espaço urbano: pressupostos analíticos -----	18
II. 6. Dimensão Socioeconômica da RMF -----	23
II. 7. Dimensão habitacional da RMF e da cidade de Fortaleza -----	30
II. 8. Caracterização da cidade¹: os dados oficiais -----	39
II. 9. Praia de Iracema e Centro da Cidade -----	46
II. 10. Metodologia dos grupos focais -----	49
II. 11 Resultados da pesquisa-----	53
II. 12 Representações sobre Fortaleza -----	62
II. 13 Preparando a cidade para o futuro: proposições da população -----	69
II. 14. Problema, proposição e justificativa -----	71
II.15. Considerações finais -----	82
Anexo I Projetos Existentes Prefeitura Municipal de Fortaleza-----	83
Anexo II Projetos Estruturantes em Elaboração/Execução Prefeitura Municipal de Fortaleza -----	90

¹ Caracterização feita com base no texto de LIMA FILHO (2010).

II. 1. Introdução e considerações gerais

O presente eixo da pesquisa teve como objetivo analisar características sócio-econômicas da cidade de Fortaleza, agregando a essas informações o modo como segmentos específicos de moradores formulavam representações e projeções sobre o espaço urbano. A principal meta da proposta foi a de realizar, com base em dados coletados na pesquisa, um diagnóstico de teor propositivo, levando em conta a necessidade de articular uma visão de presente e futuro sobre a capital cearense.

A cidade pensada em seu processo de expansão constituiu, portanto, o fio condutor da investigação, observando-se as potencialidades de transformação urbana, tendo em vista tanto a possibilidade de consolidação e ampliação de experiências já vigentes, como a projeção de propostas inovadoras.

Consideramos também relevante realizar o registro de formas de segregação social com repercussões no uso do espaço citadino, verificando o impacto de políticas de desenvolvimento econômico e de combate às desigualdades no âmbito estadual e municipal.

Em síntese, foram os seguintes objetivos que direcionaram a proposta do eixo II:

1 – Realização de diagnóstico da cidade de Fortaleza, observando-se a necessidade de consolidação e criação de planos de intervenção urbana.

3 – Identificação de usos e concepções de moradores sobre a ocupação de espaços públicos.

4 – Análise das potencialidades de mudança e propostas de um planejamento geral da cidade para as próximas décadas.

A apresentação da questão urbana em Fortaleza baseou-se em dados secundários e primários. Apropriou-se inicialmente de pesquisas e projetos em andamentos

existentes nas secretárias municipais, estaduais e outras instituições voltadas para a temática da cidade.

Representações e classificações espaciais, redefinição de áreas de habitação, propostas de revitalização de áreas consideradas degradadas, percepções e sentimentos sobre transformações urbanas recentes constituíram dados importantes para a apresentação de uma caracterização geral da cidade de Fortaleza. A possibilidade de diagnóstico presente na pesquisa contemplou uma avaliação atual da cidade e uma visão de futuro para os próximos vinte anos.

Foi realizada também uma enquete com base em amostragem estratificada, tendo em vista registrar a visão projetiva dos moradores sobre Fortaleza. A organização de grupos focais voltados para pensar coletivamente os rumos da cidade nas próximas décadas foi fundamental para complementar o diagnóstico.

A perspectiva utilizada no projeto consistiu não só na identificação de áreas de segregação social, incorporando também as formas de percepção dos moradores sobre o uso do espaço. Trata-se de um processo que exigiu formas de escuta, visando incorporar opiniões de setores representativos de atuação na cidade que ocupavam funções públicas e cargos de confiança em vários setores municipais. Representantes de associações profissionais e associação de moradores também se fizeram presentes no conjunto das discussões coletivas.

As questões desenvolvidas no eixo II consideraram a importância de enriquecer os dados a partir de elementos propositivos feitos com base em sugestões de participantes de fóruns e reuniões. Constatamos o processo de escuta como momento oportuno de indução da reflexão, debate e sistematização de idéias sobre um diagnóstico propositivo da cidade. Tratou-se de reforçar uma forma de participação de segmentos da população que se sentiram motivados a expressar seus pontos de vista a partir de questões suscitadas nos debates e fóruns específicos. Importa destacar que o processo de escuta e reflexão coletiva foi sempre muito valorizado por convidados presentes em eventos acontecidos na Câmara Municipal, assim como grupos focais que compareceram à Universidade, gerando intensa discussão sobre os rumos da cidade.

O presente relatório encontra-se dividido em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, trataremos de analisar até que ponto a mundialização favorece determinados espaços acolhedores de atividades dinâmicas, exercendo fortes efeitos de atração nas populações que buscam uma maior qualidade de vida (II. 2). Em seguida, procuraremos mostrar como o deslocamento de plantas industriais e/ou de atividades vinculadas ao setor serviços permite a integração ao circuito de produção e de troca de determinados espaços periféricos (II. 3). O impacto dessa configuração na geografia econômica do Estado do Ceará será, então, analisado (II. 4).

A segunda parte se inicia com uma discussão do tema das desigualdades e seus efeitos na RMF e na cidade de Fortaleza (II. 5). Nessa perspectiva, duas dimensões serão enfatizadas: socioeconômica e habitacional (II. 6 e II.7). A terceira parte analisa especificamente a metrópole de Fortaleza, procurando identificar as disparidades sócio-espaciais existentes no espaço intra-urbano. Nesse sentido, apresentaremos, inicialmente, uma caracterização da cidade de Fortaleza (II.8 e II.9). Em seguida, os resultados de uma enquete com base em amostra estratificada nas seis regionais de Fortaleza, totalizando 40 bairros, com o objetivo captar as percepções atuais e as projeções futuras dos entrevistados sobre a cidade (II. 10 e II. 11 e II. 12). A quarta parte está relacionada com as proposições para Fortaleza para os próximos dez anos (II. 13).

II. 2. Hegemonia dos mercados financeiros, globalização e mudanças sócio-espaciais

A lógica do regime de acumulação de dominância financeira na condição de nova configuração da globalização se impõe progressivamente a partir do início dos anos oitenta e se afirma definitivamente em meados dos anos noventa. Este novo regime é notadamente caracterizado por transformações no regime concorrencial, com a passagem para um modo de competição oligopolista mundial, pela afirmação da esfera financeira como *locus* privilegiado de valorização do capital e por mudanças na repartição e na relação salarial. Estes três fatores se articulam para engendrar transformações importantes nas modalidades de implantação e nas estratégias de produção dos grandes grupos industriais. Estes estão atualmente submetidas a critérios

impostos pelos mercados financeiros e agravados pela entrada de investidores institucionais como acionistas.

A afirmação desse regime de acumulação, em um contexto de forte integração dos mercados, engendrou profundas transformações no território. Nos espaços urbanos, por exemplo, os estudos realizados por Saskia Sassen (2002) analisam os impactos das estratégias de produção dos grandes industriais sobre a dinâmica das cidades globais.

A autora sugere que a capacidade de dispersão que surgem com a globalização e a telemática – o traslado de indústrias fora da fronteira, a expansão de redes globais de filiais e subsidiárias, o deslocamento das filiais em direção aos subúrbios e fora do centro das cidades – tem levado vários observadores a sustentar que as cidades podem se tornar obsoletas no atual contexto econômico. Certamente muitos dos grandes centros industriais dos países desenvolvidos sofrem um declínio substancial. Entretanto, contra todas as previsões, um número importante de grandes cidades está aumentando sua concentração de poder econômico.

Para Sassen, a ampliação do papel de um tipo particular de cidade na economia global desde os anos oitenta resulta, fundamentalmente, da interseção de processos fundamentais. O primeiro está relacionado com o crescimento da globalização da atividade econômica, elevando a escala e a complexidade das transações econômicas e alimentando as funções de alto nível das sedes multinacionais, assim como a expansão dos serviços às empresas, especialmente os serviços corporativos avançados. O segundo refere-se ao aumento da intensidade dos serviços na organização da economia, processo evidente nas empresas de todos os setores industriais, desde a mineração ao setor financeiro.

As tendências massivas de dispersão espacial das atividades econômicas nos níveis metropolitano, nacional e mundial associados à globalização contribuem com a demanda por novas formas de centralização territorial da gestão de alto nível e controle das operações, pelo fato dessa dispersão está ocorrendo em condições de concentração de controle e de propriedade. As organizações globalmente integradas requerem lugares centrais onde o comando da corporação pode se realizar.

Nesse sentido, uma proposição central da pesquisadora é que não podemos considerar a existência de um sistema econômico mundial como algo dado, é necessário examinar as particularidades em que se produzem as condições para a globalização econômica. Isto significa revisar não somente a capacidade de comunicação e o poder das multinacionais, mas também a infraestrutura de serviços e os processos de trabalho necessários para a implementação de sistemas econômicos integrados, incluindo a produção de insumos que constituem sua aptidão para o controle global e a infraestrutura de empregos vinculada a essa produção

Em síntese, a combinação de dispersão geográfica e das atividades econômicas e de integração do sistema contribui para a ampliação de novas funções centrais e a complexidade das transações aumentou a demanda por serviços altamente especializados por parte das empresas. Nesse contexto, as cidades globais: a) concentram funções de comando, financeiras e de serviços especializados; b) são sítios de produção pós-industrial para as indústrias líderes desse período, financeiras e serviços especializados; c) são mercados transnacionais onde as empresas e governos podem adquirir instrumentos financeiros e serviços especializados. A autora destaca, no entanto, que a indústria manufatureira permanece como um setor econômico crucial em todas estas economias.

Vale destacar que as demandas desse complexo de serviços altamente qualificados e globalmente conectados exigem do espaço urbano condições favoráveis para a sua reprodução, ou seja, em termos de infra-estrutura física (transporte, comunicações), infra-estrutura social (educação, saúde), oferta de mão de obra qualificada, centros de consumo, cultura e entretenimento.

A disponibilidade de uma oferta de trabalho pouco qualificada para ocupar postos de trabalho precários em atividades terceirizadas constitui-se igualmente um requisito importante para a consolidação desse núcleo estratégico da cidade global. Com relação às classes menos favorecidas, prevalece as atividades informais como garantia de sobrevivência.

Segundo Gaspar (2010), tais atributos não se observam unicamente nas cidades globais, mas em todas as cidades do mundo integradas aos fluxos econômicos

hegemônicos. Mesmo em centros regionais de segunda ordem, com esferas de comando mais rentistas, constata-se o surgimento de uma nova elite. Para o autor, o desafio passa a ser identificar as correlações entre a caracterização desse novo quadro econômico e suas manifestações espaciais urbanas no sentido de detectar com precisão os contornos de uma realidade citadina distinta da morfologia urbana fortemente vinculada ao padrão fordista de industrialização.

Nos espaços urbanos periféricos conectados, de forma subordinada, aos fluxos hegemônicos globais, o objetivo é entender as recomposições sócio-econômicas intra-metropolitanas que resultam das transformações econômicas observadas nesse novo contexto de acumulação de capital. Podemos destacar, por exemplo, a intensificação do dualismo sócio-espacial nas metrópoles: o desenvolvimento de infraestruturas necessárias à integração nos circuitos de troca da globalização engendra um crescimento da fragmentação urbana entre os espaços de primeiro nível conectados ao mundo e outros marginalizados (Halbert, 2007).

Nessa mesma perspectiva, Hugon (2003) considera que uma das manifestações da mundialização nas economias periféricas está relacionada com o processo acelerado de metropolização e de explosão urbana, em um contexto fortemente caracterizado por divergências demográficas entre o Norte e o Sul, e o aumento das desigualdades.

Nesse processo, constata-se alguns traços importantes nos espaços periféricos. O primeiro refere-se às novas relações entre os centros urbanos e as periferias rurais. Ademais, no interior das cidades, observa-se uma dualidade entre os centros de negócios e os bairros residenciais conectados ao mundo e os bairros precários carentes de serviços de infraestrutura.

Como avalia o autor, a mundialização e a integração de uma parte da população e de circuitos econômicos favorecem determinados espaços onde se concentram as atividades dinâmicas. Em contrapartida, essa configuração exerce fortes efeitos de atração nas populações que buscam um maior nível de bem-estar. Porém, suas atividades produtivas e seus sistemas de inserção na economia mundial bloqueiam essa ascensão.

Nesse sentido, constata-se uma explosão e uma transformação da estrutura de oferta de trabalho nas cidades dos países em desenvolvimento. A expansão se explica em termos globais pelo crescimento demográfico.

O processo de integração ao circuito de produção e de troca desses espaços periféricos está relacionado, fundamentalmente, ao movimento de deslocamentos de plantas industriais e/ou de atividades vinculadas ao setor serviços.

II. 3. Determinantes dos deslocamentos de empresas para espaços periféricos

O deslocamento de empresas para regiões de baixos salários é freqüentemente interpretado como resultado da concorrência entre países/regiões/cidades desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesse processo, a vantagem dos primeiros estaria relacionada com os avanços em matéria de tecnologia e conhecimento e a existência de mão de obra qualificada, enquanto a vantagem dos países/regiões/cidades periféricas estaria vinculada essencialmente à existência de uma mão-de-obra barata e aos incentivos fiscais e financeiros e outras vantagens locacionais principalmente infraestrutura, concedidas pelo Estado.

No contexto da globalização, as firmas se adaptavam às condições dos países/regiões/cidades detentoras de uma mão-de-obra a baixos salários. Desde o final dos anos 70, suas estratégias mudaram significativamente e estão notadamente ligadas à exploração de vantagens construídas (qualificação da mão-de-obra, sistema nacional de pesquisa, infraestrutura material) existentes nos países/regiões/cidades que dispõem de um sistema nacional de inovação consolidado.

Em conseqüência, observa-se um recuo dos investimentos direcionados para as regiões periféricas. Modificações nas condições de produção das firmas, assim como nos determinantes de localização, explicam a tendência de marginalização produtiva dos países/regiões/cidades em desenvolvimento.

Esse tipo de interpretação parte da constatação que a especialização flexível resulta da crise da produção em massa na medida em que os mercados encontram-se

saturados e os consumidores voltam-se cada vez mais para produtos diferenciados e especializados para os quais o sistema de produção de grande escala não está mais adaptado.

Nesse novo ambiente instável e incerto, onde os mercados não são mais controlados, seria importante para as firmas serem capazes de responder rapidamente e de maneira flexível às mudanças nas condições de demanda. As firmas que optaram pela especialização flexível são mais competitivas em ambientes voláteis do que as que adotam o paradigma de produção em massa.

A centralidade da especialização flexível como novo paradigma social engendraria transformações importantes nas condições de oferta². As firmas abandonariam a produção em grande escala por estratégias mais adaptadas a uma nova configuração da concorrência. Essa configuração se explicaria notadamente por um declínio relativo da concorrência preço em relação à concorrência extra-preço baseada em critérios de diferenciação da oferta, da inovação, da qualidade e da variedade dos bens e serviços.

A introdução e a difusão das tecnologias de informação transformaram profundamente o sistema produtivo. O impacto das novas tecnologias de processo e produto é considerável. Elas permitem, de um lado, a diminuição dos custos de mão-de-obra pouco qualificada no total dos custos de produção e, de outro lado, a obtenção de economia de variedade, ou seja, a possibilidade de decompor o produto em diferentes modelos e variedades sem incorrer em custos irrecuperáveis de capital.

Essas mudanças produziram uma nova concepção da competitividade que não está mais baseada nos mecanismos clássicos de competitividade no contexto de produção em massa padronizada. Não basta para o país ter uma vantagem concorrencial específica.

² Para uma maior discussão sobre as mudanças nas condições de oferta, ver Moreira, C. A. & Melo, M. C. Firms multinacionais e inserção produtivo-tecnológica de países periféricos: o caso brasileiro, Recife: Recitec. , p.118 - 145, 2002.

Os fatores estratégicos são cada vez menos dados e cada vez mais competitivos econstruídos, ou seja, predomina a criação de conhecimentos em detrimento da existência de custos reduzidos dos fatores. As estratégias de localização não estariam mais vinculadas à disponibilidade de mão-de-obra barata, capital e recursos naturais. As políticas nacionais de atração estariam direcionadas prioritariamente a favor de condições que permitem a aquisição e exploração de conhecimentos.

A redução dos custos de transação possível em função do progresso nos transportes e das tecnologias de informação e comunicação foi crucial para a maior internacionalização das firmas, que se encontram atualmente mais livres para explorar as opções de vantagens de localização ofertadas pelos territórios em nível mundial. Entretanto, a essa força centrípeta se opõe um movimento de polarização das atividades econômicas que beneficia essencialmente as regiões desenvolvidas.

Moati e Mouhoud (2005) formulam a hipótese de que o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento se acompanha de uma “divisão cognitiva do trabalho” em oposição à “divisão técnica do trabalho”, colocando em cheque o processo de espacialização da produção em massa. Enquanto na divisão técnica do trabalho, a firma localiza os diferentes segmentos do processo de produção seguindo a lógica de minimização de custos; na divisão cognitiva de trabalho, ocorre a fragmentação do processo de produção em blocos de conhecimento homogêneos (Moati e Mouhoud,1994) ³ e a especialização das firmas de acordo com suas competências.

Em consequência, uma nova concepção de atratividade se impõe. A necessidade de adquirir competências (mão-de-obra com qualificações específicas, a presença de instituições de pesquisa especializadas) passa a ser um critério decisivo na determinação da localização das firmas. Passa-se de uma lógica técnica e de rendimento para uma lógica de competência e aprendizagem visando à criação e ao desenvolvimento de recursos específicos. Os países/regiões onde as vantagens não se reduzem à disponibilidade de fatores genéricos (mão-de-obra não qualificada e recursos naturais), mas que são capazes de obter blocos de conhecimentos requeridos à divisão das tarefas no interior das firmas ou entre firmas concentrarão os investimentos.

³ Um conjunto de conhecimentos vinculados a um mesmo corpo científico e técnico. Esses conhecimentos são submetidos a uma dinâmica de evolução comum, impulsionada por uma atividade de pesquisa e de transformação das inovações em novos conhecimentos e obedecendo a certas heurísticas compartilhadas por uma comunidade de especialistas.

Não resta dúvida que a concorrência pela diferenciação, que prioriza a qualidade e a variedade dos produtos, se fundamenta na competitividade extra preço em detrimento da competitividade preço. Entretanto, para os produtos de baixa e média qualidade, o custo de produção ainda tem um papel decisivo. Esse tipo de análise desconsidera o fato dos deslocamentos de empresas entre países/regiões estarem inseridos nas estratégias de organização das firmas, buscando tirar partido das disparidades existentes no espaço econômico entre países ou no interior de um mesmo país.

É nesse sentido que Pottier (2003;1996) questiona a tese que explica o recuo dos deslocamentos de empresas em relação às regiões abundantes em mão-de-obra barata em função do predomínio de uma concorrência baseada na diferenciação de produtos em detrimento de uma concorrência centralizada na redução de custos de produção.

Segundo o autor, não se trata de negar a importância crescente de fatores de competitividade que não têm incidência sobre os custos de produção, mas de mostrar que as condições são extremamente favoráveis para que a concorrência a partir da redução do custo de trabalho se exerça de forma plena. Essas condições estariam relacionadas, sobretudo, com o progresso em matéria de transporte e de comunicação e os avanços realizados no processo de padronização da produção que permite uma difusão internacional das técnicas de produção no interior da organização das firmas.

Nessa perspectiva, prossegue o autor, não existe oposição entre uma produção em grande escala padronizada e verticalizada e uma produção flexível, não padronizada, mas adaptada a contextos que exigem rápidas mudanças para a criação de novos produtos, processos e métodos de organização. Na verdade, o que se observa na maior parte das grandes firmas é uma produção em massa flexível na direção de produtos mais diferenciados atendendo às freqüentes alterações nos padrões de demanda.

As firmas não vão abandonar a fabricação de produtos de baixa e média qualidade já que esses bens constituem o essencial da demanda não somente nos países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos. Do ponto de vista espacial, isto implica na concentração de indústrias e segmentos do processo de

produção que demandam maiores despesas em P&D e uma melhor qualificação da mão-de-obra nos países/regiões desenvolvidos e na localização de indústrias e atividades de produção intensivas em recursos naturais e mão-de-obra menos qualificada nos países/regiões periféricos.

Essas indústrias intensivas em mão-de-obra e recursos naturais são intensivas também em capital e utilizam tecnologias avançadas, porém baseadas em operações repetitivas e elementares que exigem um reduzido número de trabalhadores qualificados. Ademais, muitas dessas indústrias vão preferir se localizar em regiões de baixos salários justamente por demandar um quantitativo significativo de trabalhadores de pouca qualificação, de baixa mobilização sindical e de reduzidas exigências em termos de preservação ambiental.

Mesmo essas empresas são extremamente seletivas nas suas escolhas de localização. Essa seletividade se explica principalmente em função das relações de forças cada vez mais favoráveis aos investimentos das empresas nas suas relações com os governos, em seus diferentes níveis. O processo de concorrência intensa entre os territórios para atrair essas inversões torna-se favorável às grandes empresas.

A disposição dos governos para atrair o máximo de investimentos de grande porte, para as suas respectivas áreas de atuação, pressupõe a existência de benefícios diretos e indiretos sobre o nível de emprego e produção, além da absorção de novas tecnologias, difusão de novos métodos de gestão e conquista de novos mercados. Entretanto, as evidências empíricas relacionadas com os benefícios anunciados devem ser relativizadas, não sendo consensual a contribuição de grandes investimentos para o desenvolvimento econômico de áreas hospedeiras e seu entorno. Na verdade, é preciso investigar as interações entre as estratégias das empresas e as características da área hospedeira para avaliar o impacto de cada projeto de investimento.

II.4. As desigualdades espaciais do Estado do Ceará: forte concentração de excedente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Do exposto anteriormente, fica evidente que as firmas procuram localizar-se nos espaços com grande capacidade de ofertar fatores estratégicos (mão-de-obra qualificada, infraestrutura material e social, redes de fornecedores e clientes, etc.). Em decorrência, constata-se uma polarização das atividades produtivas dinâmicas em torno dessas regiões, em detrimento dos espaços periféricos.

Como essa configuração se manifesta na geografia econômica do Ceará e na espacialidade urbana de Fortaleza? A tendência dominante continua sendo de crescimento econômico e demográfico da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e de exclusão dos territórios mais vulneráveis. Tal processo implica no acirramento das desigualdades socioeconômicas, inviabilizando o desenvolvimento de vantagens competitivas nas demais regiões do Estado.

De acordo com informações do IBGE, a taxa de crescimento da população residente estimada para a Região Metropolitana de Fortaleza foi de 17,1% entre 2001 e 2009, superando o crescimento estadual (13,2%). No município de Fortaleza, o incremento da população foi de 14,7%. O fato do crescimento da capital cearense ser inferior ao da RMF se explica, entre outros fatores, pela forte valorização do solo urbano e da especulação imobiliária em Fortaleza que transfere as classes mais modestas para municípios vizinhos. Ademais, os incentivos fiscais e financeiros associados à implantação de uma infraestrutura de qualidade em determinados municípios tem engendrado uma realocação das indústrias na RMF.

Tabela 01 – População Estimada da Região Metropolitana de Fortaleza. 2001-2009

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009
RMF	3.119.799	3.182.161	3.240.350	3.362.527	3.430.133	3.497.241	3.602.399	3.655.259
Fortaleza	2.183.612	2.219.837	2.256.233	2.332.657	2.374.944	2.416.920	2.473.614	2.505.552

Fonte: IBGE Contas Regionais.

Como decorrência, determinados municípios dessa macroregião apresentam uma forte expansão da taxa de urbanização, caso de Horizonte e Pacajus. Vale destacar que Fortaleza e Eusébio são exemplos de municípios com população exclusivamente urbana.

No que se refere à comparação com outras macroregiões⁴, constata-se que 42,8% da população estimada do estado do Ceará está concentrada na RMF em 2009. Um peso relevante comparado aos 9,8% de participação do Sertão dos Inhamuns, cuja área territorial supera em mais de cinco vezes a da RMF⁵. Parte da explicação para essa concentração populacional diz respeito ao movimento migratório em direção a Fortaleza e aos outros municípios da RMF.

Em termos econômicos, o desempenho da Região Metropolitana de Fortaleza pode ser observado a partir do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), que evoluiu 73,3% no período 2002-2007. A cidade de Fortaleza registrou uma alta de 70,5% nesse intervalo, abaixo do observado na RMF. O menor crescimento da capital reduziu sua participação no PIB da região. Em contrapartida, São Gonçalo do Amarante, com expansão de 644,7%, Caucaia (90,6%) e Horizonte (93,6%) assinalaram um forte aumento de suas parcelas no PIB da região.

Tabela 02 – Produto Interno Bruto a preços de mercado da Região Metropolitana de Fortaleza. 2002-2007

Municípios	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RMF	18.702.508	20.730.335	23.383.444	26.310.843	29.509.897	32.420.694
Fortaleza	14.348.427	16.048.065	17.623.128	20.060.099	22.331.722	24.474.012

Fonte: IBGE. Contas Regionais.

⁴ Carriri/Centro Sul, Baturité, Litoral Leste/Jaquaribe, Sertão do Inhamus, Litoral Oeste, Sobral/Ibiapina, Sertão Central.

⁵ IPECE. Análise Comparativa: Perfil Básico Regional. Disponível em www.ipece.ce.gov.br

No caso da capital cearense, a evolução do PIB se acompanhou de um incremento de 57,7% do produto interno bruto *per capita* entre 2002 e 2007. Vale destacar que o PIB *per capita* de Fortaleza (R\$ 10.066) em 2007 continuava bem acima do registrado para o Estado do Ceará (R\$ 6.149).

Percebe-se também uma expressiva concentração do Produto Interno Bruto (PIB) na região metropolitana. Em 2007, o PIB dessa região representava 65,1% da riqueza acumulada no Estado do Ceará. Já seu PIB *per capita* correspondia ao triplo do registrado na macroregião de Baturité. A centralização das empresas industriais incentivadas na mesma região, o forte dinamismo do setor de serviços (comércio, imobiliário) e a realização de investimentos turísticos na área da capital explicam, em grande medida, essa disparidade.

De fato, os estudos sobre localização industrial revelam que a indústria do Estado do Ceará está concentrada predominantemente na Região Metropolitana de Fortaleza. As informações fornecidas pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) mostram que 63,3% das empresas industriais ativas estavam situadas na RMF em 2008. Esse percentual era de 61,5% em 2003, o que mostra a intensificação do processo de concentração espacial da indústria nesse espaço. Vale salientar que 49,2% dos estabelecimentos industriais ativos do Estado se encontravam na Metrópole de Fortaleza em 2008.

Tabela 03 - Empresas industriais ativas da Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará – 2003/ 2008

Munic�pios	Empresas Industriais									
	Total		Extrativa Mineral		Transforma�o		Constru�o Civil		Utilidade Publica	
	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008
RMF	7.989	9.779	35	59	6.243	7.944	1.674	1.715	37	61
Fortaleza	6.456	7.598	12	20	4.921	6.041	1.502	1.496	21	41

Fonte: IPECE, 2009.

A indústria de transformação foi o segmento com maior representatividade no conjunto das empresas industriais da RMF, com 81,4% do total, seguido pela construção civil (17,1%). Apenas 29,1% das empresas associadas à indústria de transformação não estavam localizadas na Região Metropolitana.

Entre os fatores que explicam essa concentração industrial, destaque para os custos de transporte, as economias de aglomeração, as economias de localização ou urbanização. Ademais, a concessão de incentivos fiscais e financeiros por parte dos governos estadual e/ou municipal assim como a pequena atratividade para investimentos industriais em grande parte dos municípios cearenses explicam a distribuição assimétrica da indústria no Estado (PAIVA et al, 2007).

No que se refere aos incentivos fiscais e financeiros, verificou-se que as indústrias incentivadas concentram-se principalmente na RMF. Entretanto, observa-se uma diversificação da localização dos investimentos no interior da mesma. Outro aspecto importante está associado ao fato de que as indústrias atraídas pertencem a setores já consolidados na matriz industrial do Estado, caso da indústria têxtil e de alimentos e bebidas (Araújo et al, 2006).

Constatou-se também uma expansão dos investimentos de empresas originárias de fora do Estado assim como a atração de um maior número de empresas de médio e grande porte. Vale mencionar que a manutenção do processo de concentração da indústria na RMF ocorre apesar da reformulação da proposta de concessão de incentivos do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) em 2003 visando, entre outros aspectos, a interiorização da indústria.

No setor serviços, os segmentos de comércio e de construção civil se localizam principalmente na RMF. Somente a metrópole de Fortaleza concentra 35,9% dos estabelecimentos comerciais do Estado do Ceará. A concentração do setor serviços deve-se também ao forte desenvolvimento do turismo no litoral e a concentração de

profissionais autônomos e de uma ampla rede de prestação de variados serviços na região.

O perfil básico das macroregiões do Estado evidencia também um forte desequilíbrio setorial da economia cearense. O setor serviços apresenta a maior participação no valor adicionado a preços básicos: 70,2%. O setor industrial gera 23,6% da riqueza e a agropecuária 6,2%.

Essa configuração também se observa na RMF. A distribuição setorial do PIB, a preços correntes, dessa macroregião revelou uma predominância do setor terciário em detrimento dos setores secundário e primário. De fato, o setor serviços contribuiu com 72,4 do PIB da região em 2007, enquanto a participação da indústria foi de 26,7% e da agropecuária de apenas 0,9%.

II. 5. Desigualdade e espaço urbano: pressupostos analíticos

O tema das desigualdades sócioespaciais e seus efeitos no espaço urbano é clássico e pode se dizer fundante do pensar sociológico. Não obstante as interpretações diferenciadas para explicar o fenômeno das desigualdades, a preocupação fundamenta-se no estatuto da diferença e da hierarquia na construção da vida social. Por essa razão o tema confunde-se com a própria história da sociologia.

No campo das ciências sociais desenvolvidas no Brasil a sociologia urbana constituiu um dos ramos importantes do saber, caracterizado por recortes significativos que se voltaram para entender as cidades em processos variados de transformação. Uma espécie de conhecimento acumulado, com influências teóricas nacionais e internacionais, buscou problematizar as metrópoles em sua face plural e dinâmica, conferindo destaque aos últimos trinta anos do século passado.

De fato, a sociologia urbana que nas décadas de 1960 e 1970 convivia com os estudos voltados para a questão agrária adquiriu, nos decênios seguintes, hegemonia

sobre outros recortes analíticos, conferindo às cidades um observatório paradigmático da sociedade brasileira.

Reflexões sobre desigualdades econômicas, políticas públicas, conflitos, movimentos, violência, direitos e cidadania, entre outras, passaram a desembocar em espaços urbanos, apontados como verdadeiro palco de fatos sociais, indutores de problemáticas sociológicas contemporâneas. A “questão urbana”, título de um dos livros de Manuel Castells, editado em 1982, permeou o escopo de investigações sobre cidades, influenciando pesquisas preocupadas com as transformações da realidade urbano-industrial do Brasil e da América Latina.

O olhar crítico de estudiosos sobre a dinâmica citadina é tributário desse contexto. A pobreza e a expansão urbana em sua feição social e política constituem um fio analítico por meio do qual emergem características peculiares às diversas metrópoles. Trabalhadores, moradores e desempregados constituem personagens inseridos no universo da segregação social, oscilando entre a tragédia cotidiana e a estratégia dos espaços de luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania.

A compreensão da vida urbana como expressão múltipla de processos macro-estruturais serviu de esteio às reflexões analíticas de várias pesquisas, sendo espécie de tela ampla na qual foram observadas diferentes formas de segregação baseadas em restrições e dificuldades de acesso ao espaço público incluindo principalmente a moradia.

É possível afirmar que o tema das desigualdades urbanas alimentou uma espécie de sociologia das capitais brasileiras. Os problemas referentes ao dualismo e à segregação no Brasil enfatizaram as diferenças entre espaços, materializadas, em grande parte, na distinção entre centro e periferia no contexto regional e interno a cada cidade. As metrópoles revelaram a urbe em dimensões marcantes: espaço de atração e concentração de população e de bens de consumo. As cidades brasileiras incorporaram também os dilemas do campo por meio de migrações sucessivas.

A sociologia urbana destacou também estudos que analisaram a cidade como *locus* potencial de conquista de direitos. Os movimentos urbanos foram os principais

protagonistas das demandas por cidadania, contribuindo para a politização das carências urbanas transformadas em reivindicações geralmente dirigidas ao estado (Barreira, 1992; Scherer-Warren, 1995; Gohn, 1995). As teorizações sobre os movimentos sociais pensaram as desigualdades urbanas como móveis das mobilizações de setores sociais excluídos do mundo do consumo.

Os processos mais amplos e recentes de globalização trouxeram outros referentes para pensar as cidades. Situações de homogeneidade e heterogeneidade foram retomadas sob o ângulo das transformações culturais citadinas marcadas pela busca permanente de valorização das identidades locais (Canclini, 1995).

Os espaços urbanos contemporâneos que caracterizam a maioria, senão a totalidade das metrópoles brasileiras é configurada de forma desigual, expressando as repercussões do modelo de construção da economia sobre segregação social e as articulações com o cotidiano das cidades. Com já foi salientado, a mundialização do capital e a intensificação da concorrência internacional engendraram transformações importantes na organização da produção e gestão das cidades.

A manifestação dessas transformações no Estado do Ceará foi o crescimento, tanto em população quanto em atividade econômica, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Trata-se de um processo que tende a intensificar as desigualdades econômicas e sociais, promovendo a urbanização desregulada, com impactos complexos na constituição de espaços públicos. É nesse contexto sócio-econômico que é constituída a cidade, definida por vários estudiosos da vida urbana como lugar onde diferentes se encontram, projetando no espaço relações sociais por meio de contatos variados, intensos e/ efêmeros.

A densidade e o ritmo que caracterizam o encontro entre diferentes indivíduos representam uma conquista da modernidade que se efetiva desde o século XIX. Sennet (1999), em ensaio intitulado *O declínio do homem público, tiranias da intimidade*, discutindo a gênese do espaço público, construído ao longo da história, afirma ser nesse ambiente de troca múltiplas que se explicitam nitidamente as regras da vida coletiva. Os deslocamentos que pontuam a experiência de morar na cidade são às vezes até mecânicos, a exemplo da parada diante do sinal vermelho, da passagem cedida

ao transeunte em situação desfavorável e tantas outras ações rotineiras praticadas ao longo do dia.

A vida na cidade é plena de códigos de conduta, mesmo que as pessoas não se dêem conta dessa imensa floresta de símbolos que fazem o viver cotidiano. Por esse motivo, as cidades foram vistas, após a idade média, como espaço de libertação de uma condição anterior, na qual a ordem social impunha deveres de obediência coletiva por meio do controle de uns sobre os outros.

A noção de espaço público vai ter na cidade moderna um importante momento de florescimento. À medida que as cidades se desenvolviam com trocas sociais variadas independentes do controle real direto, os locais onde estranhos podiam encontrar-se regularmente aumentaram consideravelmente, instituindo dimensões variadas de sociabilidade, hoje instituídas em formas de rede.

A constituição e dinamização do espaço público constituem aspectos variáveis em diferentes metrópoles, o que autoriza um projeto de investigação sobre as dinâmicas do espaço público com objetivos de detectar cenários de segregação e hierarquia. Destacam-se nesse sentido múltiplos processos. A cidade como abstração e suas materialidades plurais trazem tanto referentes importantes para se pensar na expansão urbana comum às metrópoles, como nas dinâmicas oriundas da história concreta de cada aglomerado urbano.

Fortaleza vem sendo palco de transformações peculiares a uma metrópole que cresce agregando contradições, paradoxos e desafios dotados de especificidades e similaridades com outros espaços urbanos. Transformações espaciais e novas formas de segregação se fazem hoje acompanhar de grandes projetos de remodelação e tentativa de planejar o ritmo de crescimento acelerado da cidade. Exemplos de espaços públicos de Fortaleza, em situações de transição, demonstram o caráter das transformações recentes vividas na cidade. O importante a ser considerado nas formas atuais de configuração da vida urbana é a diminuição do espaço público em um movimento indutor de conflitos sociais e segregação.

No contexto de Fortaleza é também importante enfatizar os discursos sobre a “preservação do patrimônio” sob a ótica dos investimentos turísticos que conduzem a instituição de narrativas sobre a cidade: a ritualização de uso dos espaços, a construção e recuperação de equipamentos urbanos e os conflitos entre consumidores e produtores do espaço urbano.

Comparando-se Fortaleza a outras metrópoles observa-se que a cidade encontra-se entre as 20 mais desiguais do mundo. Relatório apresentado por ocasião da abertura do 5º Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio, revelou que Goiânia (10ª), Belo Horizonte (13ª), Fortaleza (13ª), Brasília (16ª) e Curitiba (17ª) são as que apresentam as maiores diferenças de renda entre ricos e pobres no País. O documento "O Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido" também informa que o Brasil é o país com a maior distância social na América Latina⁶.

Apesar do maior dinamismo da RMF, o desafio da administração municipal em matéria de coesão local e social exige a elaboração de políticas de desenvolvimento econômico visando o combate à pobreza, à exclusão social e à redução das desigualdades⁷.

A transformação gradativa de Fortaleza em metrópole ocorre reproduzindo características semelhantes a outras cidades brasileiras: crescimento acelerado e convivência simultânea de modernização e pobreza. Desde a década de 1970, Fortaleza experimenta um processo de verticalização e descentralização de atividades de comércio de lazer. Esta tendência é acentuada nas décadas de 1980 e 1990 e na primeira década da virada do século, ocasião em que a cidade consolida sua condição de metrópole. A capital cearense possui grande densidade populacional, com dois milhões e meio de habitantes e riqueza concentrada.

⁶ A notícia foi difundida pelo jornalista Alfredo Junqueira da Agência Estado e publicada no site de notícias Uol em 19/03/2010.

⁷ Essa análise das desigualdades econômicas e sociais das macroregiões do Estado do Ceará foi tirada do artigo de Moreira, Carlos Américo Leite. “Desigualdades Espaciais no Estado do Ceará”, Fortaleza, 2009, BNB *Conjuntura* n^o 21.

A ampliação da rede de hotéis e oferta de serviços, além de investimentos de grande porte como centro de eventos e requalificação de áreas respondem a uma fase mais recente da política urbana, marcada por diversificação de atividades e oferta de bens de lazer, cultura e intervenções voltadas para o turismo. A presença crescente de visitantes em Fortaleza vem criando um novo discurso de exportação de imagens feito para consumo de visitantes. A descentralização gradativa de atividades explicitando as diferenças de zonas por oferta de serviços e equipamentos vêm gerando, por outro lado, discursos sobre as desigualdades e a necessária recuperação de áreas tidas anteriormente como nobres, a exemplo dos bairros Centro da Cidade e Praia de Iracema, hoje considerados objetos de múltiplos discursos e propostas de intervenção.

II. 6. Dimensão Socioeconômica da RMF

Diante dos resultados positivos em termos de crescimento econômico da RMF, e em particular da cidade de Fortaleza, resta verificar se esse dinamismo tem contribuído para a redução das desigualdades. Nesse sentido, utilizaremos os dados de renda familiar *per capita* como variável para a análise das desigualdades.

Informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que o rendimento médio mensal das famílias na RMF foi de R\$1.677 em 2009, incremento de 90,7% em relação ao de 2001 (R\$ 879). Valor destacar que esse valor supera o observado no estado do Ceará em 2009 (R\$ 1.245). Analisando por classes de rendimento mensal familiar, constata-se que as famílias mais modestas registraram taxas de crescimento do rendimento médio superiores aos estratos de maior renda entre 2001 e 2009.

Tabela 04 - Região Metropolitana de Fortaleza: Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (reais)

Classes de Rendimento Mensal Familiar	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	879	921	917	1.062	1.169	1.231	1.319	1.560	1.677
Até 1 salário mínimo	138	160	187	194	225	256	283	316	337
Mais de 1 a 2 salários mínimos	277	314	364	393	464	526	571	630	698
Mais de 2 a 3 salários mínimos	449	512	595	641	756	877	924	1.027	1.134
Mais de 3 a 5 salários mínimos	704	794	932	995	1.175	1.344	1.456	1.594	1.759
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.254	1.420	1.713	1.826	2.120	2.425	2.629	2.886	3.221
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.564	2.881	3.236	3.691	4.187	4.908	5.339	5.752	6.398
Mais de 20 salários mínimos	7.477	6.992	8.009	8.815	10.885	11.161	12.336	13.807	14.546

Fonte: IBGE PNAD, 2009.

Em 2009, o rendimento médio das famílias que recebem até 1 salário mínimo correspondia a 2,3% do valor do rendimento médio das famílias com mais de 20 salários mínimos. Essa parcela era de apenas 1,8% em 2001. Considerando o grupo de mais de 1 a 2 salários mínimos, a redução da disparidade também se observa: de 3,7% em 2001 para 4,8% em 2009 do valor do rendimento médio do grupo com mais de 20 salários mínimos. Contribuiu para essa redução das disparidades os programas de transferências de renda assim como a política de valorização do salário mínimo.

As informações da PNAD mostram também uma grande concentração do número de famílias residentes em domicílios particulares nos estratos de renda inferiores. Na verdade, 63% do total das famílias recebem no máximo três salários mínimos em 2009. Ou seja, a redução na desigualdade não foi suficiente para reverter um quadro de fragmentação social e polarização na RMF.

Tabela 05 - Região Metropolitana de Fortaleza: famílias residentes em domicílios particulares (mil unidades)

Classes de rendimento mensal familiar	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	892	908	954	983	1.004	1.039	1.055	1.082	1.128
Até 1 salário mínimo	143	148	185	174	184	195	199	194	204
Mais de 1 a 2 salários mínimos	224	218	261	275	282	298	297	300	313
Mais de 2 a 3 salários mínimos	138	157	145	156	175	179	187	195	199
Mais de 3 a 5 salários mínimos	134	147	135	141	141	149	149	156	168
Mais de 5 a 10 salários mínimos	102	101	98	96	96	96	101	112	112
Mais de 10 a 20 salários mínimos	56	47	49	54	46	48	56	46	58
Mais de 20 salários mínimos	36	37	25	31	27	21	16	26	23
Sem rendimento	51	44	49	42	40	41	38	28	39
Sem declaração	7	9	6	13	14	13	13	26	11

Fonte: IBGE PNAD, 2009.

Esse movimento de redução das desigualdades reflete também o aumento das oportunidades do mercado de trabalho na RMF. Dados da PNAD evidenciam que o valor do rendimento médio mensal das pessoas em idade ativa (de 10 anos ou mais de idade) na RMF registrou uma nítida progressão em todos os estratos de renda, com destaque para o forte incremento nas faixas de menor rendimento. As pessoas em idade ativa que recebem mais de 1 a 2 salários, por exemplo, assinalaram um incremento de 151,1% entre 2001 e 2009. O estrato que ganha mais de 2 a 3 salários mínimos registrou uma alta de 150,6%.

Tabela 06 - Região Metropolitana de Fortaleza – Valor do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais). 2002-2009

Classes de rendimento mensal	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	322	329	334	390	427	458	488	573	637
Até 1/2 salário mínimo	47	59	56	63	79	86	96	114	120
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	161	186	223	238	277	316	338	383	424
Mais de 1 a 2 salários mínimos	262	305	344	377	446	498	525	592	642
Mais de 2 a 3 salários mínimos	444	520	586	642	772	890	925	1.036	1.111
Mais de 3 a 5 salários mínimos	705	822	942	988	1.206	1.355	1.431	1.675	1.789
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.281	1.511	1.738	1.865	2.178	2.408	2.593	2.967	3.173
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.495	2.899	3.198	3.844	4.181	4.886	5.053	5.842	6.359
Mais de 20 salários mínimos	6.832	6.364	7.447	9.084	11.128	10.917	11.251	13.587	13.360

Fonte: IBGE PNAD, 2009.

Esse desempenho reduziu a concentração de renda na RMF. De fato, o índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento mostra uma tendência decrescente na desigualdade de renda na região, caindo de 0,552 em 2005 para 0,547 em 2006.

Os bons resultados em termos de rendimento não estão associados a um maior nível de qualificação de mão de obra. De fato, as pessoas ocupadas com maior qualificação se encontram predominantemente nas faixas de menor salário. Dos 608 mil trabalhadores com escolaridade entre 11 e 14 anos em 2009, por exemplo, 82,2% pertencem as faixas salariais mais modestas (até ½ salário mínimo, mais de ½ a 1 salário mínimo, mais de 1 a 2 salários mínimos e mais de 2 a 3 salários mínimos). Considerando todos os níveis de escolaridade, essa relação chega a 81,4%.

No que se refere à população economicamente ativa (compreendida pelas pessoas ocupadas mais as desocupadas), observou-se um aumento substancial desse universo entre 2002 e 2009 na RMF. Em decorrência a taxa de atividade (proporção de pessoas economicamente ativas em relação à população em idade ativa) atingiu 62,1% nesse subespaço em 2009, contra 58,3% em 2001. Já o valor do rendimento médio mensal da PEA praticamente dobrou nesse intervalo, atingindo R\$ 1.009 em 2009. Os

estratos de menor renda apresentaram resultados bastante animadores, com incrementos acima do registrado nas faixas de alta renda.

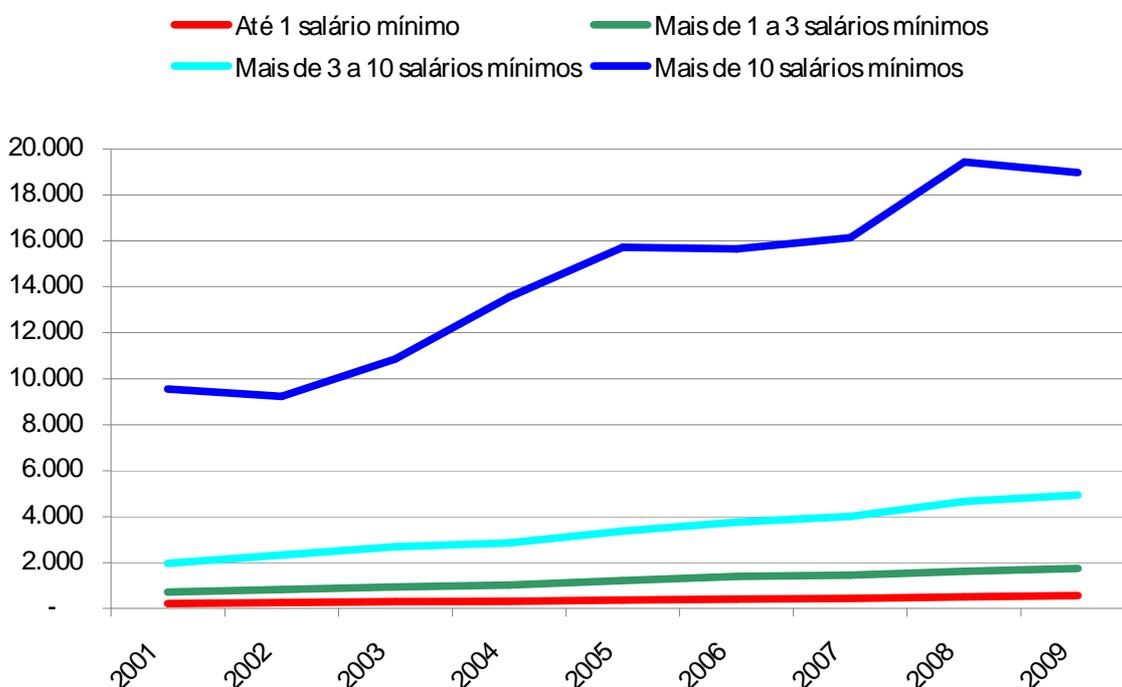


Gráfico 01 - Região Metropolitana de Fortaleza – Valor do rendimento mensal das pessoas economicamente ativas na semana de referência (Reais). 2002-2009

Fonte: IBGE PNAD, 2009.

Com relação ao total de pessoas ocupados na RMF, observa-se um incremento de 17,3% entre 2002 e 2009. Essa expansão decorreu, sobretudo, do dinamismo do setor de serviços, com destaque para o segmento de comércio e reparação, responsável por 22,5% do total de ocupados nessa macroregião em 2009. Comparativamente a 2002, a expansão dessa atividade foi de 30,8%. Já a indústria contribuiu com 19,0% do total e o setor agrícola com 3,4%.

O forte crescimento da ocupação na RMF reflete, principalmente, o melhor desempenho da economia cearense nos últimos anos. As informações mais recentes da

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na RMF do confirmam essa tendência⁸. De fato, a taxa de desemprego em setembro de 2010 foi de 8,7% da População Economicamente Ativa (PEA), o menor patamar desde o início da série. O contingente de desempregados foi estimado em 154 mil pessoas, oito mil a menos do que agosto de 2010.

Com relação ao número de ocupados, observa-se uma progressão de 0,9 % em relação ao mês anterior e de 4,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Por setor, destaque para o dinamismo do ramo de serviços e construção civil.

Apesar dos bons resultados, vale destacar que o grau de informalização permanece extremamente elevado na RMF. No caso específico da cidade de Fortaleza, um estudo elaborado por Mesquita (2008) revelou um crescimento significativo da informalidade nas relações de trabalho, com o predomínio das dos trabalhadores autônomos e assalariados. De acordo com a pesquisa, constatou-se um incremento de 11,78 pontos percentuais na taxa de ocupação informal na metrópole entre 1984 e 2007, alcançando 55,9% dos trabalhadores ocupados.

Uma das constatações foi o avanço da informalidade em segmentos de maior participação do emprego formal, como a construção civil e a indústria de transformação. A pesquisa destaca que *o crescimento da informalidade não está associado à retração ou expansão do emprego formal, uma vez que, mesmo nesse período de crescimento do emprego com carteira, o patamar de informalidade continua elevado e crescente, sinalizando ser um problema estrutural do mercado de trabalho local* (2008, p. 17).

Na expansão das relações não capitalistas, destaque para a forte participação dos trabalhadores autônomos que representavam 1/3 da população ocupada em 2007. Vale destacar também a maior participação de trabalhadores que concluíram, pelo menos, o ensino médio no conjunto dos trabalhadores informais: de 31,9% em 2000 para 39,8% em 2007.

⁸ IDT. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) set. 2010. Disponível em www.idt.ce.gov.br

Na verdade, como já salientado no item anterior, a intensificação da acumulação capitalista pode engendrar fortes recomposições socioeconômicas, podendo aprofundar o dualismo sócio-espacial nas áreas receptoras e naquelas de suas influências. O desenvolvimento de infraestrutura necessária à integração do setor produtivo no circuito de troca no âmbito regional/nacional/mundial amplia a fragmentação urbana entre os espaços “ganhadores” e “perdedores”. De fato, a concentração das atividades econômicas normalmente é um mecanismo cumulativo e inerente ao funcionamento do mercado.

Nessa perspectiva, as políticas públicas tornam-se determinantes no sentido de criar mecanismos compensatórios com o objetivo de reduzir a disparidade entre as regiões “ganhadoras” e “perdedoras”. A inexistência desses mecanismos acentua as disparidades espaciais. Especificamente, a concentração de projetos estruturantes nos espaços dinâmicos de Fortaleza, embora relevantes para a expansão do PIB municipal, tenderá a intensificar essa polarização.

Torna-se crucial promover uma estratégia de desenvolvimento local nesses espaços de menor dinamismo, estimulando atividades que possibilitem a geração de emprego e renda, a requalificação profissional e o apoio a empreendimentos de pequeno e médio porte. Nesse sentido, uma estratégia de desenvolvimento territorial endógeno estimulando tanto a formalização dos pequenos produtores como a constituição de rede de pequenos empreendedores seria extremamente importante para a dinamização das regiões de menor status social. A viabilização de tal estratégia exige igualmente a incorporação desses arranjos produtivos como clientes preferenciais de instituições de microcrédito.

Uma política seletiva de compras governamentais por parte do ente municipal seria uma alternativa para o fortalecimento de pequenos produtores em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Ademais, o governo poderia estimular a participação de pequenas e médias empresas em processos de subcontratação de obras públicas.

A redução das desigualdades espaciais passaria também pela transferência de excedente dos espaços dinâmicos geradores de riqueza para as regiões periféricas por meio de uma reorientação tanto da estrutura tributária quanto das despesas públicas. Nesse sentido, o orçamento público seria um poderoso instrumento de diminuição dessas desigualdades espaciais, ao desvincular a riqueza gerada da riqueza disponível. Não se trata, portanto, de uma política explícita de desenvolvimento territorial, mas da adoção de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando assegurar um equilíbrio na oferta de serviços públicos ao conjunto da população nos diferentes espaços da cidade, independentemente de sua capacidade de criar riqueza (Davezies, 2008).

II. 7. Dimensão habitacional da RMF e da cidade de Fortaleza

Uma das manifestações dessa desigualdade espacial está relacionada com os mecanismos de especulação imobiliária. Avaliando a expansão das atividades imobiliárias no processo de inserção de grandes cidades na economia mundial, Gaspar (2010) chama a atenção para o fato da compra e venda de imóveis de luxo serem atualmente prioridades dos incorporadores imobiliários. Esses grandes projetos urbanos com financiamento público fortalecem os espaços dinâmicos das grandes cidades. Entre os empreendimentos, destacam-se a propriedade imobiliária de sedes administrativas de corporações multinacionais, parques temáticos, complexos aeroportuários, shopping centers, equipamentos culturais de luxo, hotéis de grandes cadeias internacionais e a construção de edifícios residenciais e de condomínios fechados.

Para o autor, esse comportamento associado ao movimento dos proprietários de terra inflaciona os valores do solo urbano, deslocando um contingente significativo da população de renda média ou baixa de bairros tradicionais e agravando o fenômeno da dispersão metropolitana. O autor cita as cidades de Mumbai e Lagos como exemplos de fortes contrastes, com um grau de favelização alarmante. A ampliação da criminalidade e exclusão constitui-se uma das conseqüências dessa segregação.

No caso das cidades latino-americanas, esse fenômeno somente intensifica a estrutura de provisão de moradias e de equipamentos urbanos truncados característicos do regime de acumulação fordista excludente. Como destaca Abramo (2007, p. 27),

a urbanização fordista e excludente da América Latina promoveu um Estado de Bem-Estar urbano que atende, sobretudo uma parcela restrita da população urbana. A estrutura social extremamente estratificada e com grandes diferenciais de acesso a riqueza (concentração de renda) gerou o surgimento de ações urbanas coletivas ou individuais de ocupação do solo (organizadas ou espontâneas) movidas por uma lógica de necessidade de ter acesso à vida urbana.

Nesse contexto, os programas habitacionais do Estado não foram suficientes para se contrapor a ocupação ilegal do solo. Com a crise econômica na década de oitenta, reforça o autor, constata-se uma expansão do mercado informal de solo urbano em função do esgotamento dos sistemas nacionais de provisão habitacional em praticamente todos os países da América Latina.

No caso específico de Fortaleza, Bernal (2004) destaca que a concentração de renda nos setores econômicos (turismo e indústria incentivada) e sociais articulados com a globalização resultaram em agravamento das disparidades no mercado de solo, fragmentação urbana e segregação sócio-espacial, condomínios residenciais fechados, grandes projetos de infraestrutura para atender às grandes empresas e elites locais, abandono e degradação do habitat das classes populares.

Na avaliação da autora, a ação especulativa do capital imobiliário foi fundamental para essa configuração na medida em que a especulação imobiliária transforma a cidade numa “colcha de retalhos”, regulada unicamente pelo valor financeiro do metro quadrado da terra urbana. Nesse processo, *a valorização do capital é decorrente não da produção da moradia em si, mas da própria alteração do uso do solo* (Smoka *apud* Bernal, 1987).

Avaliando o papel do capital incorporador nessa dinâmica, Bernal chama a atenção para o fato de que a segregação social estaria vinculada ao “desenvolvimento concreto dos capitais imobiliários e à subordinação da construção civil aos capitais envolvidos nesta atividade da incorporação imobiliária”. A conversão do uso do solo se realizaria segundo critérios definidos de valorização imobiliária.

Nesse sentido, prossegue a autora, a promoção, a edificação e a comercialização da habitação nos estratos superiores do mercado estão em sintonia com o processo de valorização de outros capitais de ponta. Portanto, a habitação estaria *“sujeita às práticas típicas da concorrência oligopólica intercapitalista, calçadas na inovação e na diferenciação de produto. Assim o capital tende a concentrar-se nos segmentos superiores do mercado imobiliário, pois aí os ganhos de incorporação são maiores, alimentando o processo social de segregação do espaço”* (Bernal, 2004, p.185).

Portanto, a segregação do espaço significa a consolidação de uma estrutura dual onde convivem verdadeiras ‘ilhas’ de prosperidade com estruturas urbanas de primeiro mundo com uma periferia que se caracteriza por um processo crescente de favelização onde prevalece uma estrutura informal de ocupação do solo.

Na avaliação de Rolnik (2006), *a presença desse vasto contingente de assentados de forma ambígua na cidade é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso aos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem [...]. Finalmente, o modelo condena a cidade como um todo, a um padrão insustentável, do ponto de vista ambiental e econômico, já que impõe perdas ambientais e externalidades para o conjunto da cidade muito difíceis de recuperar.*

No caso da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), essa exclusão territorial se manifesta no alto déficit habitacional e nas condições inadequadas de moradia. Um estudo recente revelou que o empobrecimento da população traz como consequência a redução da demanda de imóveis de aluguel, resultando na expansão da favelização e das áreas de risco observada a partir do aumento de percentual de famílias vivendo em moradias improvisadas. Ademais, constatou-se um incremento substancial do número de imóveis vazios em conjuntos habitacionais periféricos (Pequeno, 2009).

Tabela 07 - Estimativas do Déficit Habitacional Básico da Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Municípios	Déficit habitacional básico (A)		Domicílios Vagos (B)		A/B	
	Total	%	Total	%	Total	%
Aquiraz	3.810	27,19%	2636	18,81%	1.174	8,38%
Caucaia	11.809	19,90%	10611	17,88%	1.198	2,02%
Chorozinho	1.327	29,60%	961	21,44%	366	8,16%
Eusébio	2.076	28,65%	1477	20,38%	599	8,27%
Fortaleza	77.615	14,76%	69995	13,31%	7.620	1,45%
Guaiuba	1.149	25,69%	954	21,33%	195	4,36%
Horizonte	2.797	34,70%	1609	19,96%	1.188	14,74%
Itaitinga	2.096	31,10%	1048	15,55%	1.048	15,55%
Maracanaú	7.213	17,08%	5890	13,95%	1.323	3,13%
Maranguape	4.922	24,77%	2321	11,68%	2.601	13,09%
Pacajus	2.899	27,95%	1891	18,23%	1.008	9,72%
Pacatuba	2.129	17,67%	1561	12,96%	568	4,71%
São Gonçalo	3.146	37,81%	2012	24,18%	1.134	13,63%
RM Fortaleza	122.988	17,01%	102966	14,24%	20.022	2,77%

Fonte: Como anda Fortaleza / organizador Luis Renato Bezerra Pequeno. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

Vale destacar que Fortaleza contribui com 63% do total do déficit habitacional da RMF. A pesquisa também chama a atenção para a proximidade entre o percentual de déficit habitacional e o de domicílios vagos na capital cearense. Ou seja, do total de 77 mil imóveis que faltam em Fortaleza, 70 mil já estariam disponíveis.

Dois fatores contribuem para essa situação na capital. O primeiro está associado à baixa renda média mensal familiar. Constatou-se que 82% da população em situação de coabitação ou ocupando domicílios improvisados e rústicos nas áreas de risco, recebem renda inferior a três salários mínimos. Ademais, a expansão do mercado imobiliário para o setor turístico e para a população de maior poder aquisitivo também contribui para o crescimento do déficit habitacional.

O levantamento também analisou as condições de inadequação da moradia na capital cearense e nos demais municípios da Região Metropolitana. Em Fortaleza, dados de 2000 revelam que mais de 13,0% da população construíram casas em terrenos que não são de sua propriedade. Vale destacar a forte associação entre irregularidade fundiária e expansão das ocupações em terrenos particulares e/ou de propriedade do Estado.

Tabela 08 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios Segundo as Condições de Moradia Inadequada – 2000

Municípios	Total de domicílios permanentes	Total de domicílios permanentes urbanos	Inadequação Fundiária ¹		Adensamento Excessivo ¹		Domicílio sem Banheiro ¹	
			Absoluto	% dos Domic. Urbanos	Absoluto	% dos Domic. Urbanos	Absoluto	% dos Domic. Urbanos
Aquiraz	14.014	12.978	931	7,17	1.173	9,04	5.815	44,81
Caucaia	59.347	53.868	5.160	9,58	6.486	12,04	14.591	27,09
Chorozinho	4.482	2.353	69	2,93	114	4,84	1.736	73,78
Eusébio	7.249	7.247	614	8,47	782	10,79	3.999	55,18
Fortaleza	525.991	525.992	68.834	13,09	43.347	8,24	54.690	10,4
Guaiuba	4.473	3.530	331	9,38	310	8,78	820	23,23
Horizonte	8.061	6.765	514	7,6	628	9,28	4.139	61,18
Itaitinga	6.741	6.130	738	12,04	518	8,45	3.426	55,89
Maracanaú	42.232	42.113	2.706	6,43	4.159	9,88	7.391	17,55
Maranguape	19.868	15.019	2.119	14,11	1.665	11,09	2.377	15,83
Pacajus	10.373	8.204	338	4,12	628	7,65	3.648	44,47
Pacatuba	12.047	11.119	1.203	10,82	1.277	11,48	2.718	24,44
São Gonçalo	8.319	5.314	428	8,05	419	7,88	3.143	59,15
RM Fortaleza	723.197	700.632	83.985	11,99	61.506	8,78	108.493	15,59

Fonte: Como anda Fortaleza / organizador Luis Renato Bezerra Pequeno. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

(¹) Apenas casas e apartamentos urbanos.

De acordo com reportagem recente do Jornal o Povo⁹, existiam dezenove ocupações de terrenos pertencentes à prefeitura de Fortaleza em agosto de 2010. A particularidade é que essas ocupações são recentes, no máximo dois anos. Segundo a reportagem, as que ultrapassam essa faixa são consideradas consolidadas, difícil de serem desfeitas.

Ainda segundo a matéria do Jornal o Povo, somente no perímetro da Secretaria Executiva Regional (SER) V, que agrupa 160 bairros com 570 mil habitantes, foram mais de 80 tentativas de ocupação de espaços pertencentes ao município. É nessa regional que se localiza a comunidade Santa Maria ou Portelinha, uma das maiores ocupações da cidade. Nesse caso, o terreno pertence ao governo do Estado.

⁹ Jornal o Povo. Invasões Crescem na Cidade, Edição de 30/08/2010. Disponível em www.opovo.com.br.

A reportagem destaca que há pelo menos dois anos um grupo de trabalho formado por diversos segmentos do poder público municipal e estadual tentam desfazer a ocupação. Porém, o que se observa é uma expansão da comunidade e uma demanda crescente por infraestrutura (energia elétrica e saneamento).

A inadequação da condição de moradia se manifesta também pelo adensamento domiciliar, considerado demasiado quando existem mais de três ocupantes por cômodo utilizado como dormitório. Do total de domicílios com essa vulnerabilidade na RMF, dois terços (cerca de 75 mil unidades) se encontravam em Fortaleza em 2000. Em relação ao total de domicílios permanentes urbanos, 8,24% estavam nessa situação de adensamento excessivo na capital cearense.

Outro critério utilizado para identificar as condições inadequadas de moradia está relacionado com a falta de banheiro. Segundo a pesquisa, Fortaleza (16.103 domicílios) e Caucaia (6.171) concentravam mais da metade dos domicílios nessa situação na RMF. No caso específico da capital cearense, essas moradias eram situadas em áreas de forte risco ambiental, próximas a recursos hídricos (rios, riachos e lagoas) e nas encostas de dunas e faixas de praia.

A ruptura desse processo exige uma política habitacional mais incluyente apresentando várias dimensões. A primeira está associada a mudanças no controle de uso e ocupação do solo. Precisamente, a atuação do Estado no sentido de evitar movimentos especulativos em relação ao preço de terrenos e imóveis.

As intervenções passariam, por exemplo, pela criação de mecanismos tributários visando desestimular movimentos especulativos em terrenos e imóveis susceptíveis de utilização em programas de habitação popular, como o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Uma maior tributação sobre a valorização de terrenos em áreas de requalificação urbana seria uma proposta interessante. Ademais, o poder público poderia viabilizar a constituição de reservas de terrenos visando uma urbanização futura.

Nessa perspectiva, vale destacar a aprovação em julho de 2010 pela Câmara Municipal de São Paulo de uma lei que regulamenta os instrumentos criados pelo

Estatuto das Cidades visando o enfrentamento da especulação com imóveis ociosos e subutilizados e a garantia do princípio constitucional da função social da propriedade urbana.

De acordo com a lei, os proprietários terão um ano após a notificação pela prefeitura para apresentarem projeto de ocupação dos imóveis. A pena pelo descumprimento será a aplicação de um imposto progressivo: a cada ano, a alíquota do IPTU será dobrada, até alcançar 15% do valor venal do imóvel.

Entretanto, a lei se limita a aplicação do dispositivo aos imóveis localizados nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e na Operação Urbana Centro. Na avaliação de Bonduki¹⁰, essa limitação inviabiliza um dos instrumentos mais relevantes desse instrumento, no caso, o combate à especulação imobiliária e a redução significativa dos preços dos terrenos.

Segundo o autor, a expansão do mercado imobiliário tende a aumentar substancialmente os preços dos terrenos nas grandes cidades. Para barrar esses movimentos especulativos, conclui Bonduki, torna-se necessário uma política fundiária por parte dos municípios, garantindo o aumento da oferta de glebas e terrenos aptos para a moradia. A existência de um imposto progressivo sobre os imóveis ociosos seria crucial no sentido de garantir o acesso de setores de baixa renda das melhores localizações urbanas.

No caso específico de Fortaleza, a aplicação desse dispositivo para toda a zona urbana, permitiria uma redução substancial dos domicílios vagos em Fortaleza, contribuindo para a redução do déficit habitacional e uma melhor inclusão das classes mais modestas nas melhores localizações urbanas. Esse dispositivo reduziria sensivelmente a segregação social espacial na cidade

Ademais, evitaria uma maior espraiamento da cidade de Fortaleza. Como destaca Bonduki, *ao estimular a ocupação racional das áreas consolidadas das cidades, o imposto progressivo sobre terrenos ociosos contribui para a preservação do cinturão verde, evitando a transformação precoce da zona rural em urbana.*

¹⁰ Bonduki, Nabil. Imposto progressivo sobre imóveis ociosos. Disponível em www.cartacapital.com.br.

Na ausência de um quadro regulatório que inviabilize a especulação em torno da moradia, as ações do poder público na cidade de Fortaleza no sentido de desenvolver uma política habitacional mais incluyente estão associadas a programas de requalificação urbana em áreas fragilizadas do ponto de vista ambiental e social. De acordo com o Habitafor¹¹, os recursos do Plano de Aceleração do Investimento, por exemplo, estão sendo utilizados:

a) na recuperação da qualidade ambiental e urbanização do açude João Lopes, com a instalação de equipamentos comunitários, beneficiando moradores dos bairros de Monte Castelo, Carlito Pamplona e São Gerardo (Regional I). Serão trezentas famílias contempladas com regulação fundiária, 80 com novas moradias e 55 com melhorias habitacionais. Vale destacar que essa intervenção foi demanda Orçamento Participativo (OP). Os recursos do PAC para essa intervenção são da ordem de R\$ 6,7 milhões,

b) no Projeto Integrado da Comunidade Maravilha, que envolve a construção de moradias, de um complexo esportivo (já concluído), além da urbanização do canal do Tauape, de regularização fundiária e melhorias nas unidades habitacionais. Vale destacar que 342 das 606 famílias já receberam unidades habitacionais. Esse projeto está sendo financiado pelo PAC (R\$ 19,9 milhões) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R\$ 6 milhões).

c) nas obras de requalificação da lagoa do Papicú que envolve a limpeza da lagoa, a construção de 488 novas moradias e 134 melhorias habitacionais. Os recursos do PAC são da ordem de R\$ 14 milhões.

d) na construção de novas unidades habitacionais na comunidade do São Cristovão, beneficiando 389 famílias. Ademais, um grupo de 494 famílias da comunidade terá suas casas melhoradas. Já no Campo Estrela /Lagoa das Pedras, 832 moradias serão melhoradas, além da requalificação da Lagoa das Pedras, urbanização da área, arborização de passeios, canteiros, bosques e da área de preservação. A estimativa é de que esse conjunto de intervenções contará com R\$ 27 milhões do PAC.

¹¹ Habitafor. Programas. Disponível em www.fortaleza.ce.gov.br/habitafor.

e) na recuperação ambiental da lagoa do Urubu (80% já concluído). Nessa área, serão realizadas 188 novas moradias, 65 melhorias habitacionais, 300 ações de regularização fundiária, além da implantação de equipamentos comunitários (calçados, canteiros arborizados, quadras de futsal, pistas de skate). Um montante de R\$14 milhões foi estimado para essas obras.

F) no projeto Vila do Mar que contemplará famílias de baixa renda instaladas em áreas de risco e de preservação ambiental. Serão 1.434 famílias beneficiadas com novas unidades habitacionais, 4.000 melhorias habitacionais e 8.000 regularizações fundiárias. O projeto prevê também urbanização da área, creche, centro de saúde, espaço de convivência, cinco quadras esportivas e ciclovias. Os investimentos nessa obra serão de R\$ 90 milhões

Ademais, a cidade de Fortaleza conta com o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal que visa reduzir o déficit habitacional, facilitando a aquisição da casa própria pelas famílias de baixa renda do Brasil. O projeto beneficia três faixas de rendimento: até três salários mínimos; de três a cinco mínimos; de cinco a seis mínimos e; de seis a dez mínimos.

De acordo com o Ministério das Cidades, o PMCMV já contratou 681 mil unidades habitacionais, com investimentos de R\$ 38 bilhões. Desse total, mais de 368 mil contratações beneficiam famílias com renda de até três salários mínimos. O governo tem como meta reduzir o déficit habitacional do país que atinge 5,6 milhões de unidades¹².

Em Fortaleza, o PMCMV deve alcançar a meta prevista para 2010 de 5.200 unidades para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, em função da contratação de mais dois empreendimentos com 2.890 unidades e 1.900 unidades. A Prefeitura de Fortaleza pretende atender 15 mil famílias com o programa.

Apesar dos bons resultados, o preço dos terrenos na cidade constitui-se no grande obstáculo para a construção dos imóveis para esse grupo de famílias, além da

¹² Ministério das Cidades. Ministro afirma que Minha Casa Minha Vida deve entregar 280 mil moradias até final do ano. Disponível em www.cidades.gov.

falta de saneamento básico. De acordo com o Habitafor, o déficit habitacional da cidade de Fortaleza chega a 77,6 mil unidades habitacionais¹³.

II. 8. Caracterização da cidade¹⁴: os dados oficiais

Fortaleza tem 2.315.116 habitantes, de acordo com o levantamento parcial do Censo 2010. O número coloca a cidade como a segunda maior do Nordeste - com crescimento, de 2000 a 2010, de 8,11% - e a 5ª mais populosa do Brasil. Há dez anos, a Capital tinha 2.141.402 moradores e, hoje, tem 173.714 a mais.

A cidade reflete o incremento populacional vigente nas metrópoles modernas. Além dos desafios comuns às cidades desse porte, como inchaço urbano, alta densidade demográfica, desigualdade social acentuada, infraestrutura insuficiente, trânsito caótico etc., a capital do Ceará acrescenta particularidades, fruto de seu desenvolvimento histórico.

Assim como São Paulo, Fortaleza teve crescimento muito rápido, tornando-se cidade-pólo de vasto território que não envolve apenas o Estado do Ceará¹⁵. Isto ocorreu, porém, sem que fossem feitos suficientes investimentos de grande porte para viabilizá-la tal qual ocorreu na primeira cidade citada.

Embora o território que hoje corresponda à cidade tenha sido o primeiro do Ceará ocupado pelos colonizadores portugueses, a partir de 1603, seu desenvolvimento urbano foi lento e menos acentuado do que outros territórios da Capitania do Siará Grande, como a Serra da Ibiapaba, o Vale do Cariri e o Alto Jaguaribe¹⁶. Também não é

¹³ Habitafor. Minha Casa, Minha Vida vai construir 15 mil casa em Fortaleza. Disponível em www.fortaleza.ce.gov.br/habitafor.

¹⁴ Caracterização feita com base no texto de LIMA FILHO (2010).

¹⁵ É possível perceber que determinados municípios do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba mantêm laços sociais e de serviço em relação a Fortaleza iguais ou até mais do que com suas próprias capitais.

¹⁶ A não importância de Fortaleza se reflete no fato de Aquiraz ter sido escolhida como sede da Capitania, em 1699, quando o Ceará foi desmembrado politicamente de Pernambuco. Somente após décadas de disputa litigiosa Fortaleza se consolidou como capital, em 1726.

possível desprezar que a região era ocupada desde muito antes por povos indígenas, alguns dos quais absorvidos pelo processo de colonização.

No século XVIII, enquanto grandes cidades se formavam no interior do Ceará – Aracati, Sobral e Icó – Fortaleza (apesar de ser a capital) era classificada como “aglomerado de nível três”, estando abaixo de vilas como Camocim, Acaraú e Quixeramobim, como informam Borzachiello Silva (2000) e Lima (2006).

É somente no século XIX – e ainda assim lentamente – que Fortaleza começou a desenvolver a malha urbana e a se impor perante os municípios do interior, quando seu porto passou a se responsabilizar pelo escoamento da produção de algodão que despontava na época.

Nas primeiras décadas daquele século, a cidade realizou suas primeiras tentativas de reordenamento urbano e planejamento, ao mesmo tempo em que evoluía o casario e se erguiam os primeiros sobrados.

Fortaleza cresceu bastante nas últimas décadas, saltando da população de 40 mil pessoas em 1890 para 1,7 milhões em 1990, o que corresponde a um aumento de 42,5 vezes. Quando se analisa a taxa geométrica de crescimento populacional anual entre 1991 e 2000, Fortaleza apresenta taxa de 2,15 sendo a terceira do país em crescimento, perdendo apenas para Manaus e Brasília, e bem à frente de Rio de Janeiro (0,76) e São Paulo (0,89). Ao mesmo tempo, os dados do IBGE/2010 colocam Fortaleza como a quinta maior cidade em população do Brasil.

O território de Fortaleza, no fim do século XIX, era ocupado essencialmente em sua parte “central” – que correspondem, hoje, aos bairros Centro e Jacarecanga – enquanto apenas esporadicamente surgiam povoamentos afastados, que hoje correspondem a bairros das periferias, como Messejana, Parangaba, Mondubim e Antonio Bezerra, além de outras aglomerações mais esparsas à beira das estradas.

Os textos da coletânea organizada por Aragão *et all* (2008) são preciosos ao relatarem o desenvolvimento das periferias de Fortaleza e seus respectivos processos de ocupação.

As estiagens intensas da segunda metade do século XIX e primeiro terço do século XX – notadamente as de 1877 e 1915 – promoveram grande fluxo migratório dos sertões cearenses e de outros estados para Fortaleza. Inicialmente, as populações se fixaram no litoral próximo à parte principal da cidade, no território dos atuais Moura Brasil, Pirambu, Poço da Draga (Praia de Iracema) e Mucuripe. Isso ocorreu porque o espaço da praia era, em geral, ignorado pelas elites e classes médias, pois não se constituía enquanto local de lazer, que se dava em espaços urbanos, como praças e clubes. O litoral era ocupado por descendentes de indígenas e vilas de pescadores.

No início do século XX, quando classes mais abastadas começaram a construir casas de veraneio, ocorreu a primeira integração (e disputa) pelo espaço da praia, que começava a se constituir enquanto lazer, notadamente na Praia de Iracema e no Mucuripe, ambas com vilas de pescadores.

Ao mesmo tempo, as elites que antes residiam na Jacarecanga começaram a se mudar para bairros mais distantes, pois tanto aquele quanto o Centro intensificavam o processo de industrialização e desenvolvimento do comércio. O destino dessas atividades se concentrou a leste na Aldeota e, mais ao sul, no Benfica.

Isso deu início à descentralização do território de Fortaleza e, consecutivamente, à consolidação das periferias. Enquanto as elites econômicas ocupavam a região da Aldeota e se expandiam lentamente para o litoral leste – via Meireles e Mucuripe, chegando mais tarde à Praia do Futuro – a partir da década de 1950 a dinâmica urbana transformou-se significativamente.

As migrações para Fortaleza motivadas pelas estiagens continuaram durante a década de 50, particularmente em 1958. Neste caso, as margens do Riacho do Tauape

foram ocupadas e deram origem à comunidade do Lagamar (bairros São João do Tauape e Alto da Balança) e diversos outros, se estendendo desde Messejana até a região oeste.

Essa região se constitui fundamental nessas transformações vindouras, pois foi onde houve maior concentração de densidade demográfica nas décadas recentes. Segundo Paiva (2008), aquele território correspondia a sítios e fazendas de grandes proprietários que, na década de 1950, passou a ser loteado e vendido. A Caixa Econômica Federal comprou terrenos e construiu conjuntos habitacionais de baixo custo. A iniciativa privada também atuou, inclusive, com o Loteamento Bom Jardim que daria origem ao bairro homônimo.

A disponibilidade de novas moradias atraiu ocupantes de outros bairros que, por motivos diversos, tinham que abandonar seus lares. Aragão *et alli* (2008) mostram vários casos de como moradores do Mucuripe foram obrigados a se mudar por causa da urbanização da Avenida Beira-Mar a partir dos anos 50 e 60; e de residentes do Moura Brasil desalojados pela ampliação da Avenida Castello Branco no início dos anos 70.

Enquanto populações de baixa renda ocupavam todo o cinturão sul e oeste de Fortaleza, a região leste monopolizava a melhor infraestrutura urbana e os principais espaços de lazer, incluindo as praias.

Todavia, os anos 1990 trouxeram mudanças significativas na dinâmica urbana da cidade que também se refletiu nos *usos* do espaço público. Especialmente na segunda metade da década, ocorreu grande fluxo demográfico em dois pontos opostos da cidade: as regiões oeste e sudeste. A primeira terminou por se transformar na região mais populosa e pobre de Fortaleza.

Os problemas sociais advindos dessa condição também se tornaram mais claros, com a violência aumentando exponencialmente, especialmente no bairro do Bom

Jardim e adjacências, o que permitiu que o nome daquele lugar passasse a ser vinculado à falta de segurança, como atestam Paiva (2008) e Alves & Freitas (2008) ¹⁷.

Por outro lado, a região sudeste da cidade (antes a menos habitada de Fortaleza) transformou-se em um dos principais abrigos das classes médias e altas, trazendo consigo incremento de serviços e de infraestrutura.

Correspondendo às vastas terras entre a margem sul do Rio Cocó e a densa ocupação de Messejana, essa região abrigava muitos riachos e lagoas de pequeno e grande porte, constituindo-se, na verdade, em importante parcela das bacias hidrográficas de Coaçu, Pacoti e daquele rio ¹⁸.

Borzachiello Silva (2000) destaca a construção do Shopping Center Iguatemi, em 1982, como o início do processo de ocupação da área. É necessário ressaltar, no entanto, que já havia uma universidade nas proximidades funcionando desde 1973¹⁹.

Nos últimos anos, o entorno do tronco viário da Avenida Washington Soares – antes uma velha estrada incorporada à Via Perimetral²⁰ – serviu paulatinamente de abrigo a equipamentos públicos importantes²¹ e de exploração da especulação

¹⁷ O jornal *O Povo* de 06/08/09 noticia que 500 homicídios estão sem solução na região do Grande Bom Jardim (bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira) somente nos últimos seis anos.

¹⁸ Dentre as lagoas de pequeno porte estão Água Fria (Edson Queiroz), Manibura (Parque Manibura), Coité (Sapiranga), Lago do Jacarey (Cidade dos Funcionários). Há ainda lagoas de grande porte, como Colosso (Edson Queiroz), Sapiranga (bairro homônimo) e Precabura (Lagoa Redonda). Tais lagoas se comunicam por meio de riachos, bem como aqueles três rios.

¹⁹ No caso a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), estabelecimento privado instalado no bairro Edson Queiroz.

²⁰ A Via Perimetral foi criada nos anos 70 aproveitando-se da malha de estradas que já existiam, constituindo, assim, uma espécie de aglomerado de ruas que demarcavam os limites urbanos de Fortaleza. Com o crescimento populacional, a via perdeu o sentido, mas suas malhas continuam como troncos importantes do transporte automotivo, correspondendo, nos dias de hoje, a avenidas como Castello Branco, Engenheiro Santana Júnior, Washington Soares, Presidente Costa e Silva e várias outras. A maioria delas foi duplicada a partir dos anos 90, como reflexo de sua incorporação ao tecido urbano e centralidade de serviços e referência espacial.

²¹ Como a sede do (já extinto) Banco do Estado do Ceará (BEC), o memorial Casa de José de Alencar (da UFC), o centro administrativo do Governo do Estado (Palácio do Cambéba), o novo Fórum Clovis

imobiliária. Para atender as novas demandas nascidas desses movimentos, aquela via foi alargada e qualificada, foram feitos investimentos de saneamento básico e, por fim, se criou uma rede intensa de comércio e serviços²².

Ao contrário de São Paulo, que possui subprefeituras, Fortaleza é organizada em Secretarias Executivas Regionais (SERs), numeradas de um a seis. Quando se analisa os dados de IDH-M dos bairros citados se observa as diferenças marcantes pelas quais Fortaleza é famosa na imprensa e nas conversas cotidianas. É comum ouvir dizer que a cidade é palco de “grandes diferenças sociais” ou de “desigualdade de distribuição de renda”.

O IDH geral de Fortaleza – segundo o IBGE (2003) e o *Anuário do Ceará* (2006) – é de 0,756, mas esse valor esconde as discrepâncias observadas no IDH-M dos bairros.

Segundo o documento *Fortaleza em Números*, produzido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2003, a cidade têm variações impressionantes. Considerando os dois indicativos principais do IDH-M, quando se avalia a média de anos de estudo do chefe de família, o índice é alto apenas em cinco bairros da SER II e um da IV²³; enquanto a renda média do chefe de família chega ao nível alto apenas em quatro bairros, todos da SER II.

Os bairros da SER V são aqueles que aparecem com os piores índices. Os dados da SER VI mostram que, apesar das melhorias estruturais e efervescência do comércio, serviços e especulação imobiliária da região sudeste de Fortaleza, ainda há uma

Beviláqua, a sede da Defensoria Pública, a nova sede do Governo do Estado (Palácio Iracema) e (em construção) o Centro de Feiras e Eventos.

²² Ao longo da avenida e em seu entorno uma série de empreendimentos comerciais se estabeleceu, especialmente mini-*shoppings*, como Molina e 4000. Mais recentemente, outros de grande investimento foram construídos na área, como o Pátio Água Fria e o Shopping Via Sul. Entre os serviços, há um corredor bancário, diversas escolas particulares (e algumas públicas), supermercados, restaurantes e bares, além de uma loja da Tok & Stok e o Siará Hall.

²³ Neste caso, no bairro do Benfica, não coincidentemente, aquele que abriga um Campus da UFC.

quantidade muito grande de comunidades de baixa renda convivendo lado a lado com os emergentes que ocupam esses locais.

Por fim, os números da SER II impressionam pela discrepância em relação aos demais. O bairro Meireles tem IDH-M 0,916, o que o coloca num patamar altíssimo, ainda mais em relação ao resto do município. A Aldeota apresenta do mesmo modo um índice alto de renda.

Embora Centro e Praia de Iracema apresentem índices apenas medianos, não surpreende que a SER II seja justamente a região da cidade com a melhor infraestrutura. No entanto, o IDH-M não pode ser analisado isoladamente. Outros índices sociais reforçam a imagem que a reflexão sobre aquele índice revela. Em termos de densidade demográfica, por exemplo, de acordo com os dados do IBGE/2000 reproduzidos no *Fortaleza em Números*, enquanto a média da cidade é de 63,9 hab./ha, o índice da SER III é de 122,6. Dentre a área analisada, a única que se mantém abaixo da média municipal é justamente a Orla, ou seja, a SER II, com 63,2.

A região sudeste (SER VI) é uma exceção e aparece com um número bem baixo, somente 32,3. Há, no entanto, duas considerações a serem feitas. Primeiramente, como já escrito, esta foi a última área a ser ocupada de modo intenso dentro do território de Fortaleza. Em segundo lugar, é possível pensar que os dados de 2000 do IBGE ainda não refletiam o crescimento desenfreado que a região sofreu na última década.

No quesito renda, a má distribuição de recursos econômicos na cidade e nos locais mapeados se torna ainda mais clara. Segundo os dados do IBGE/2000, em Fortaleza, apenas 4,51% dos chefes de família têm renda mensal per capita maior do que 20 salários mínimos (SM).

Entretanto, quando são observados apenas os bairros da SER II, o índice aumenta para 19,43%, enquanto chega a somente 1,80% na Regional III e 0,47% na V.

A faixa de 1 a 3 SM, por sua vez, ocupa 34,72% dos chefes de família da SER III e 40,62 dos da V.

Considerando a média de SM por Regional, as SERs III e VI estão muito próximas, com 4,10 e 4,11 SM, respectivamente. Enquanto a média da II é de 14,32 SM, a de Fortaleza é de 5,61. No *ranking* dos 10 bairros com menor renda per capita dos chefes de família, o Canindezinho e a Granja Lisboa aparecem em 8º e 9º lugares, respectivamente. Por isso, se pode concluir que os bairros da Orla (SER II) oferecem melhores condições sociais e infra-estruturais para a realização de eventos e atrações turísticas.

II. 9. Praia de Iracema e Centro da Cidade

A Praia de Iracema, considerada um dos ícones da cidade recentemente foi palco de um processo de *gentrificação*. Ao longo de sua história, a situação transitória do bairro parece se repetir. A moradia e o lazer, o noturno e o diurno têm um passado demonstrado nas edificações corroídas. As ameaças recentes de novos investimentos comerciais vêm servindo de alerta à tranquilidade dos moradores. As situações vivenciadas no local permitem distinguir alguns momentos.

O primeiro antecede às reformas urbanas, sendo o bairro percebido como espaço alternativo de lazer e moradia. O segundo momento caracteriza-se pela recuperação de edificações, construções de novos bares e instituição de patrimônios. O bairro passou a sediar restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato com presença acentuada de classe média e turistas, configurando-se como zona típica da cidade.

A situação posterior, apresentada como sintoma de deterioração, destacou-se pela diminuição da presença da classe média concomitante ao fechamento de bares, restaurantes e galerias de arte. Essas mudanças rápidas promoveram representações diversas e conflitos sobre os usos do espaço. A idéia difundida de que o bairro passou a ser uma zona perigosa tornou-se constante. Notícias de assalto e outras formas de ameaça induziram a idéia de que o local passou a sediar usos não condizentes com a

proposta original de requalificação. De fato, atualmente o local encontra-se esvaziado com estabelecimentos fechados à espera de novas propostas de uso.

Outros exemplos de espaços públicos de Fortaleza em situações de transição demonstram o caráter das transformações recentes vividas na cidade. Discursos sobre a necessidade de conservação de espaços e monumentos apontaram a necessidade de resguardar o Centro da Cidade e conservar a sua “história”. Revitalizar áreas consideradas decadentes e preservar o patrimônio vem portanto, ao longo do tempo, se constituindo em lema de gestores ou planejadores urbanos, preocupados em reverter processos de transformação característicos da maioria das cidades contemporâneas.

Uma das propostas que vem sendo discutidas em vários projetos que visam dinamizar o centro da Capital Cearense é a de aproveitamento de moradias para as famílias de classe média. A criação de corredores culturais criando passagens entre pontos importantes permitiria a valorização de equipamentos públicos, tais como o Parque da cidade e sua ligação com a Praça José de Alencar, que abriga o teatro mais importante de Fortaleza.

Na mesma perspectiva de busca de revitalização de espaços o Centro de Fortaleza representa um exemplo significativo. O local vivenciou diferentes momentos de intervenção. A reforma da Praça do Ferreira, ocorrida em 1991, baseou-se na tentativa de manter a “história do local” sem abdicar dos novos usos. O projeto arquitetônico levou em consideração a recuperação de antigos monumentos e prédios, valorizando espaços de sociabilidade. A possibilidade de reforçar o espaço de moradia continua sendo um desafio na medida em que em menos de 10 anos, segundo um estudo feito pela Habitafor, 5.904 habitantes deixaram de residir no centro. Em 2000, conforme dados do IBGE, havia 24.775 habitantes. Em 1991, 30.000 habitantes (Jornal *O Povo*, 7/2/2009).

As polêmicas mais recorrentes a respeito do Centro de Fortaleza gravitam em torno da presença do comércio ambulante e categorias sociais consideradas expressões da desordem e da violência²⁴. Ao longo do tempo, o Centro tornou-se, de fato, um local

²⁴ Segundo dados da Secretaria do Centro, Fortaleza possui 981 ambulantes com termos de permissão distribuídos nos passeios e praças da área. No “beco da poeira”, nome atribuído à localidade próxima ao

de presença quase exclusiva de segmentos populares, não obstante as tentativas mais recentes de programas de animação cultural visando assegurar a frequência da classe média no local.

A criação de áreas contíguas à zona central de Fortaleza, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura objetivava inserir a cidade no contexto de reformas gerais, impedindo que a área se integrasse ao processo de verticalização em curso (Gondim, 2006). O projeto original contemplava a ampliação das áreas de intervenção que deveriam integrar a Praia de Iracema e o Centro da cidade. Essas reformas que se efetivaram concomitante a mudanças espaciais mais recentes, presentes na verticalização, na instituição de áreas “nobres” e definição de zonas consideradas “históricas” produziram simultaneamente polêmicas entre moradores e consumidores eventuais (Barreira, 2007).

As discussões em torno da requalificação do centro histórico de Fortaleza se iniciaram na década de 1990 incentivadas, principalmente, pelos setores público e privado. De um lado, estavam os técnicos do governo estadual e municipal interessados em projetar o centro para o turismo e de outro os lojistas, como os que pertencem à Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), interessados numa maior dinamização econômica da região.

As discussões sobre propostas de intervenção envolvendo o Poder Público e a iniciativa privada resultaram na elaboração de projetos para o local, tendo em vista a obtenção de resultados de ordem material e simbólica. Trata-se de projetos que procuram promover ações de restauro físico dos equipamentos públicos, como praças e prédios antigos, e medidas que incrementam o valor simbólico para habitação e maior movimentação no Centro. Visavam recuperar “zonas degradadas” imprimindo outros usos ou ativando sentindo antigos que se perderam no tempo.

Uma das medidas implementadas foi a restauração da Praça dos Mártires (Passeio Público) concluída em outubro de 2007, cujo objetivo baseava-se em uma idéia

centro que nesse momento acabou de vivenciar processo de transferência, alojavam-se 2080 permissionários regularizados.

de requalificação associada à ocupação organização das relações sociais efetivas praticadas no local.

O Passeio Público dotado de atributos históricos, culturais e paisagísticos constitui uma das praças mais antigas de Fortaleza, havendo sido palco do fuzilamento dos confederados e espaço anteriormente ocupado pela elite. As medidas mais recentes de recuperação simbólica baseadas na proposta de “revitalização” do local incluem eventos culturais, feijoadas e apresentações musicais.

A política de “requalificação” planeja novos usos e sociabilidades para os espaços de lazer e cultura do Centro, buscando uma maior dinamização cultural das áreas públicas, nem sempre em adaptado aos usos cotidianos na praça. É mais uma das obras baseadas num referencial pós-modernista, onde antigo e novo, passado e futuro, procuram articular-se, tendo em vista a estratégia de “requalificação” do espaço.

Muitos dos projetos referentes a requalificação do centro buscam resultados que aliem rentabilidade econômica, frequência e reconhecimento simbólico. Os desafios das propostas de intervenção referem-se à dificuldade de equacionar antigos e novos usos, mantendo a diversidade necessária ao centro urbano. A apresentação resumida dessas áreas aponta alguns dos processos típicos da metrópole cearense cuja característica reside na confrontação entre as exigências de crescimento urbano e a preservação de locais dotados de forte capital simbólico. Refletem esses dois espaços as características da cidade em diversos momentos de sua história.

II. 10. Metodologia dos grupos focais

Um dos instrumentos científicos utilizados na compreensão dos problemas da cidade sob o ponto de vista de grupos populacionais, assim como o conhecimento de suas expectativas e projeções de mudança baseou-se no emprego de metodologia de pesquisa com grupos focais. Essa metodologia permite ao mesmo tempo a aproximação da população com o objeto de pesquisa e a compreensão dos símbolos, significados e significantes utilizados por ela na apreensão da realidade (Iervolino & Pelicioni, 2001).

Muito se discute sobre eficácia das práticas de intervenção. A participação da população na construção de propostas urbanas pode minimizar o número de programas que resultam em baixa efetividade, diminuir o número de iniciativas distorcidas que por estarem embasadas na percepção e nos interesses dos dirigentes são pouco eficazes do ponto de vista da capacidade de resolução de problemas. A participação de moradores e segmentos organizados da população nas reflexões sobre os problemas da cidade permite o entendimento e o redirecionamento dos programas e propostas na medida em que incorpora diferentes perspectivas de análise. Ademais, o uso do grupo focal, pode ainda estimular formas de aproximação, integração e envolvimento entre seus participantes.

Para a constituição de grupos focais realizados pelo Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC), algumas questões metodológicas foram observadas: seus participantes, na medida do possível, não pertenciam ao mesmo círculo de amizade ou trabalho (excetuando-se em um grupo focal realizado com os alunos da universidade), a fim de que as opiniões se tornassem mais livre de constrangimentos. Buscou-se também entre eles certa homogeneidade de características, objetivando uma salutar troca de experiências e o contraste de diferentes perspectivas entre pessoas em um mesmo grupo.

As discussões foram feitas com diferentes representantes de setores profissionais e moradores de distintas áreas, visando identificar tendências e padrões de percepção sobre a cidade de Fortaleza. Quatro grupos focais foram constituídos no decorrer de três meses, reunindo setores representativos da população que apresentaram percepções sobre a cidade, construindo sobre ela uma visão de futuro e possíveis propostas de intervenção.

O primeiro grupo focal ocorreu com técnicos de secretarias municipais, estaduais e representante de instituto de arquitetos. O objetivo da reflexão em grupo foi discutir percepções sobre a cidade a partir de um olhar especializado.

O segundo grupo focal contou com a presença de participantes das reuniões do eixo II na Câmara Municipal e teve como objetivo aprofundar questões levantadas durante os eventos na instituição. A metodologia nesse momento se baseou em um planejamento mais detalhado de ações que visavam a resolução dos problemas já

apontados quando das reuniões do Pacto, estabelecendo prazos e instituições responsáveis.

O terceiro grupo focal se deu com estudantes de ciências sociais, baseando-se também na tentativa de planejamento para a cidade. O quarto grupo envolveu participantes de movimentos sociais e usuários de espaços públicos diferenciados.

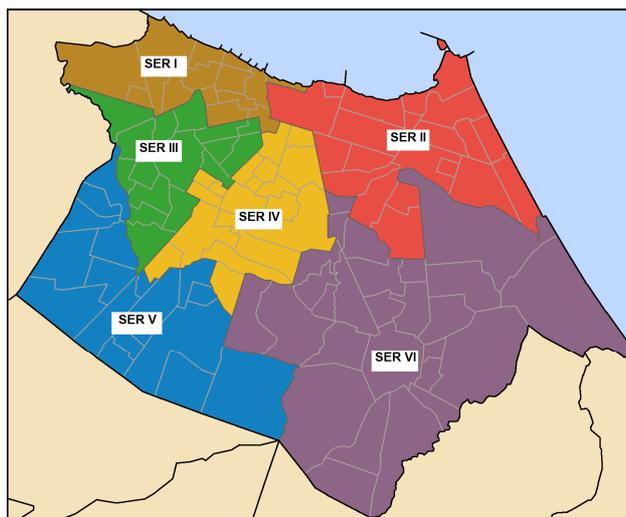
Além dos grupos focais foi elaborada uma enquete, com base em amostra estratificada, nas seis regionais de Fortaleza, totalizando 40 bairros. A escolha se deu com base na proporcionalidade dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais²⁵ por bairro e na densidade populacional das regionais. O IDH-M é o conceito criado para avaliar a qualidade de vida das cidades com base em critérios de educação, economia e renda. A classificação dos índices é feita por números que variam de 0 a 1 no qual quanto maior, melhor os indicadores sociais. Um IDH é considerado baixo até aproximadamente 0,400; mediano até a casa dos 0,700 e alto de 0,800 a 1.

Com base no documento *Fortaleza em Números* (2003), se chegou ao seguinte cálculo amostral:

IDH Fortaleza	Bairro-	PORCENTAGEM TOTAL	QUANTIDADE PARA A PESQUISA
Alto		06%	3
Médio		58%	23
Baixo		36%	14
TOTAL		100%	40

Fonte: Fortaleza em Números (2003)

²⁵ Quando se analisam municípios, ele é calculado como IDH, mas por causa dos cálculos em cima da variante de taxas por 100 mil habitantes, a metodologia para comparar bairros é diferente. No IDH-M, os dois principais índices baseiam-se na média de anos de estudo e na renda média do chefe de família.



Fonte: LIMA FILHO (2010)

Os bairros contemplados na amostra foram os seguintes:

IDH Alto- (Mucuripe, Meireles, Aldeota).

IDH Médio - (Alagadiço, Monte Castelo, Centro, Praia de Iracema, Antônio Bezerra, Henrique Jorge, Parquelândia, Benfica, Fátima, Itaperi, José Bonifácio, Montese, Parangaba, Conj. Ceará, Conj. Esperança, Maraponga, José Valter, Aerolândia, Edson Queiroz, Cidade dos Funcionários, Messejana, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Sapiroanga)

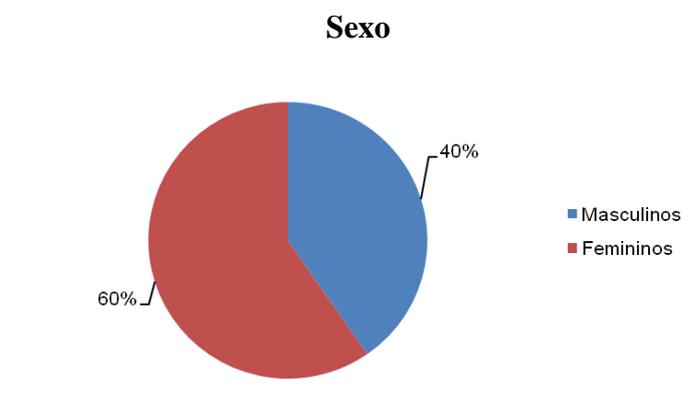
IDH Baixo - (Barra do Ceará, Pirambu, Cais do Porto, Pici, Quintino Cunha, Serrinha, Bom Jardim, Granja Lisboa, Presidente Vargas, Barroso, Jangurussu, Pedras, Conj. Palmeiras, Curió). A divisão do número de entrevistados se deu da seguinte maneira:

REGIONAL	BAIRROS	ENTREVISTADOS
1	4	101
2	6	151
3	5	125
4	7	175
5	7	175
6	11	276
TOTAL	40	1003

A enquete teve como objetivo captar as percepções atuais e as projeções futuras dos entrevistados sobre a cidade de Fortaleza. As variáveis utilizadas na pesquisa foram as seguintes: Desigualdade (acesso à moradia, emprego, renda, lazer, educação, cultura; acesso aos programas sociais e ao consumo), Segregação (concentração de serviços, de moradia por classes de renda, questões sócio-econômicas), percepções sobre a cidade na atualidade e medidas que deveriam ser tomadas para a melhoria das condições de vida no espaço urbano. Foi também incluída na enquete a visão sobre o papel que um evento como a Copa do Mundo (a ser realizado em 2014) poderia trazer para Fortaleza. Projeções sobre o futuro da cidade foram também incorporadas à pesquisa.

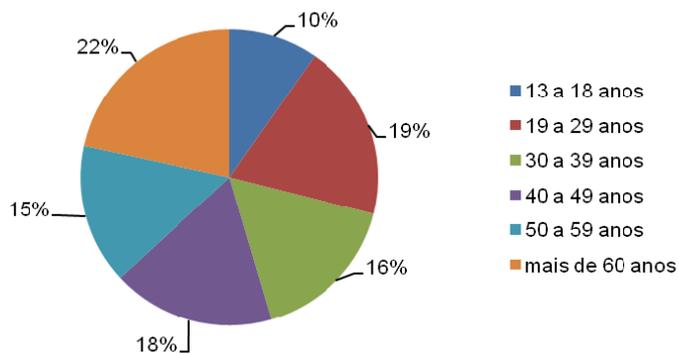
II. 11 Resultados da pesquisa

A enquete tentou na medida do possível aproximar a aplicação dos questionários à divisão por sexo, contemplando também diferentes faixas etárias. 40 estudantes universitários já sensibilizados por experiência de pesquisa e treinados previamente aplicaram durante três dias na Cidade de Fortaleza questionário com 1003 pessoas. A amostra foi realizada da seguinte forma:



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

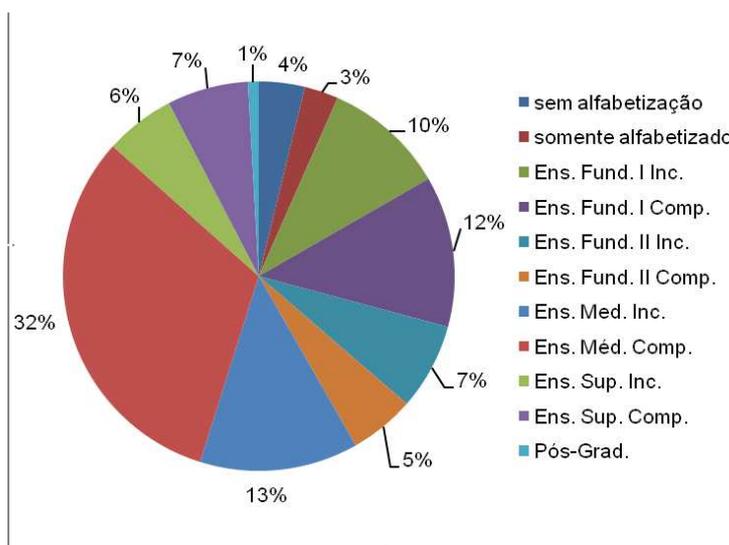
Idade



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

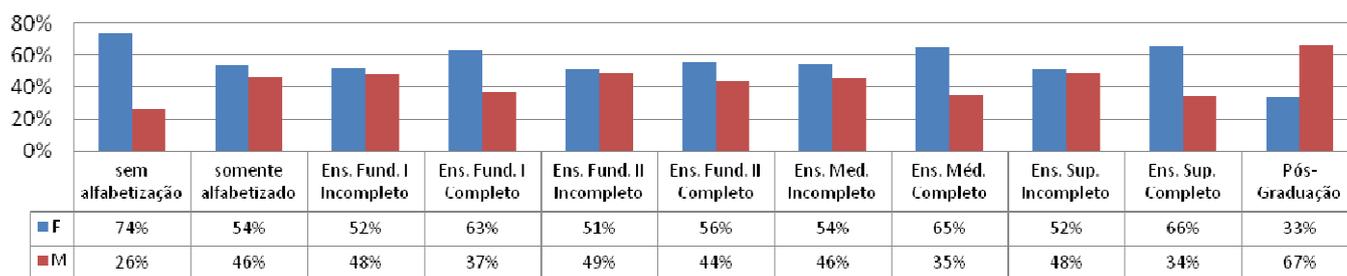
Percebeu-se uma disparidade no tocante à renda e à instrução. Os extratos mais altos nesses quesitos são bastante inferiores numericamente (1% da população entrevistada têm Pós-Graduação e 7% tem Ensino Superior) enquanto os extratos mais baixos são a são mais numerosos, 41% da população pesquisada (4% não têm alfabetização; 3% são somente alfabetizados; 10% têm o Ensino Fundamental I incompleto; 12% têm o Ensino Fundamental I completo; 7% têm o Ensino Fundamental II incompleto e 5% têm o Ensino Fundamental II completo). Ainda que a maior parte dos entrevistados sem alfabetização fosse do sexo feminino, em todos os outros graus de instruções, as mulheres possuem grau de instrução maior do que o dos homens, como se pode verificar nas tabelas a seguir:

Grau de instrução



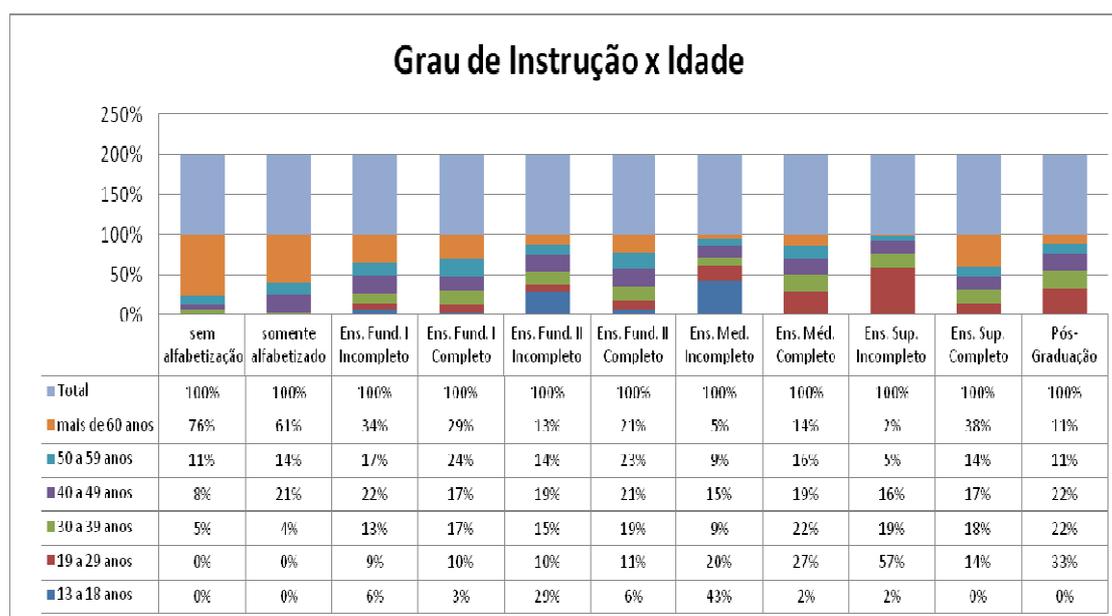
Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

Grau de Instrução x Sexo



Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

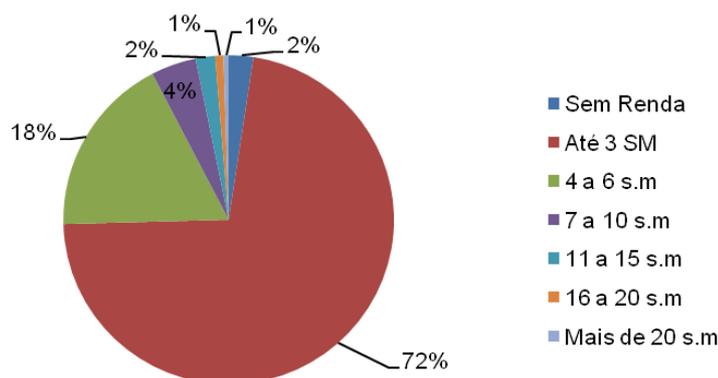
Grau de Instrução x Idade



Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

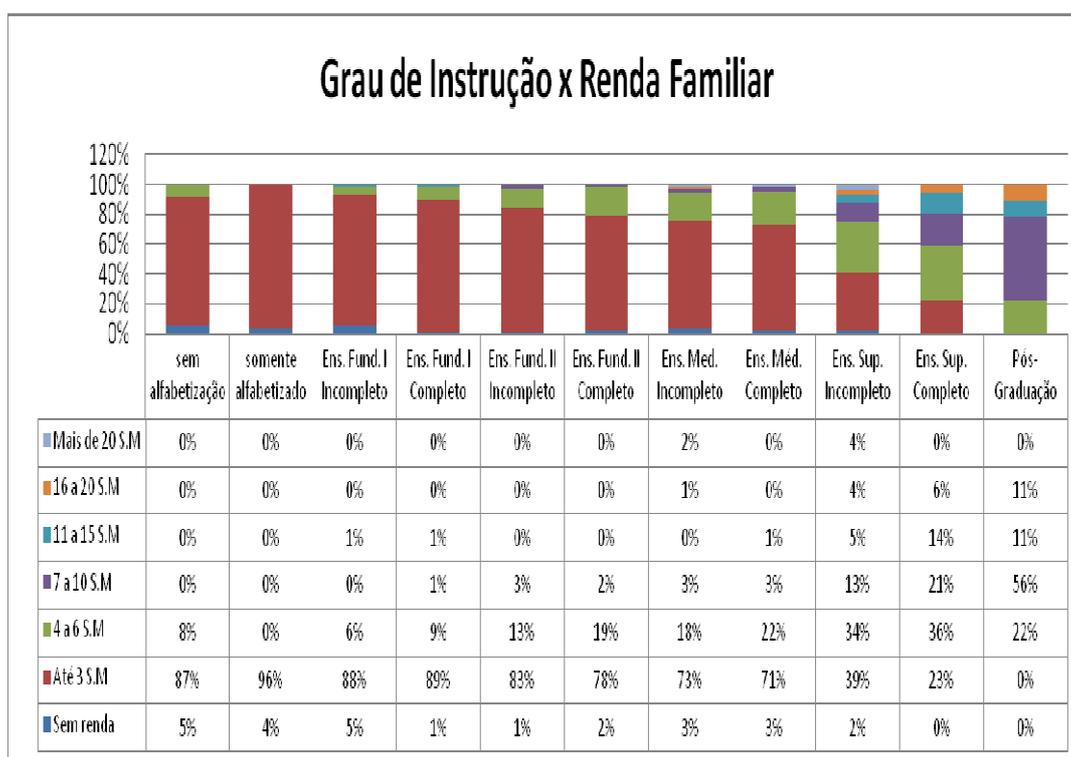
Importante ressaltar, no entanto, que a grande maioria dos não alfabetizados está situada na faixa etária dos acima de 60 anos (76%), seguida por aqueles que têm entre 50 a 59 anos. Esse fato confirma que as políticas educacionais vêm conseguindo minimizar os baixos índices de instrução nas faixas etárias mais novas da sociedade (tanto nas faixas de 13 a 18 anos, como na de 19 a 29 anos nenhum entrevistado estava nessa condição). Da mesma maneira, a faixa etária com o maior nível de instrução, isto é, a que tem título de Pós-Graduação, é exatamente a que tem entre 19 a 29 anos.

Renda



Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

A pesquisa encontrou entrevistados sem renda em todos os graus de instrução, excetuando-se o Ensino Superior completo e a Pós-Graduação. No entanto, ao se tratar dos maiores salários, foi mais fácil encontrá-los entre aqueles que tinham maior titulação, confirmando a idéia de que a variável instrução é importante no estabelecimento da renda.

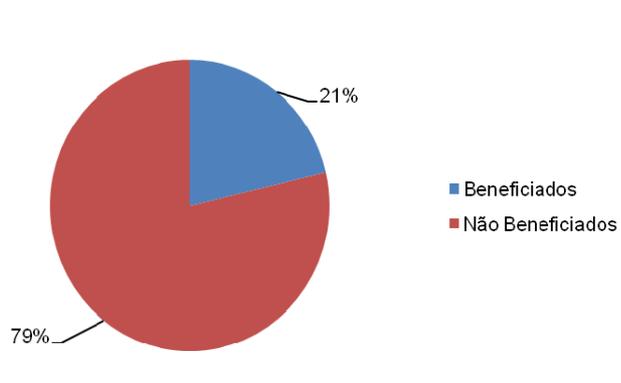


Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

Um dado que chamou a atenção foi um número expressivo de entrevistados beneficiários de projetos de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família,

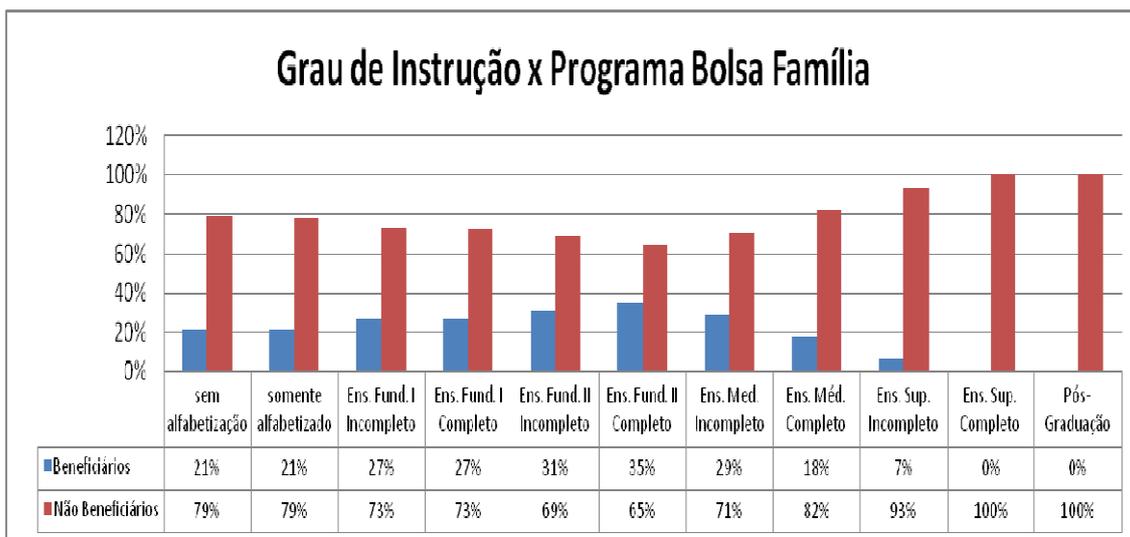
correspondente a 21% dos pesquisados. Em Fortaleza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, 179.307 famílias são beneficiárias do programa (DN, 23/5/10).

Beneficiários do Programa Bolsa Família



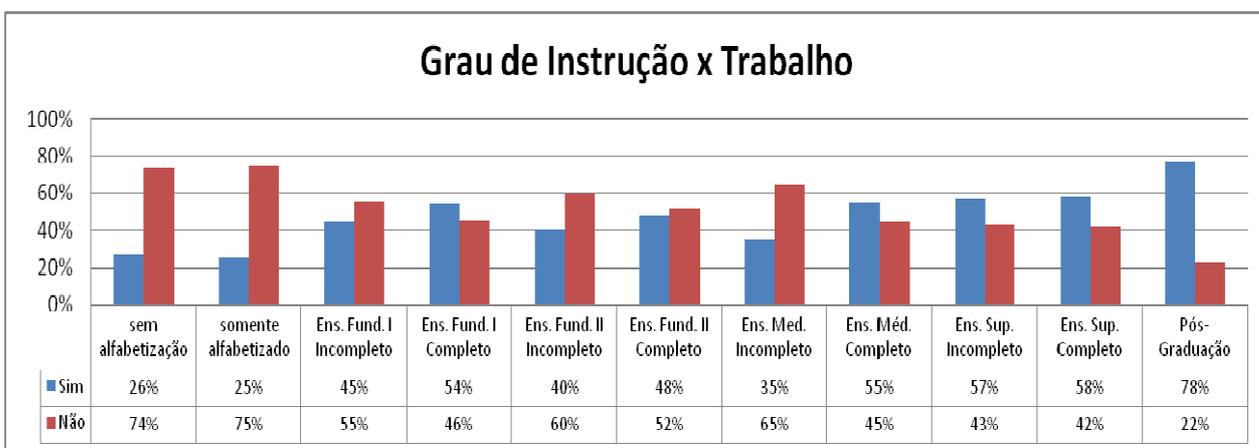
Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

O maior número de beneficiários do Bolsa Família tem o Ensino Fundamental II completo. Quanto mais se aproxima dos maiores graus de instrução, menor é o número de beneficiários, chegando a nenhum nos graus de Ensino Superior completo e Pós Graduação.



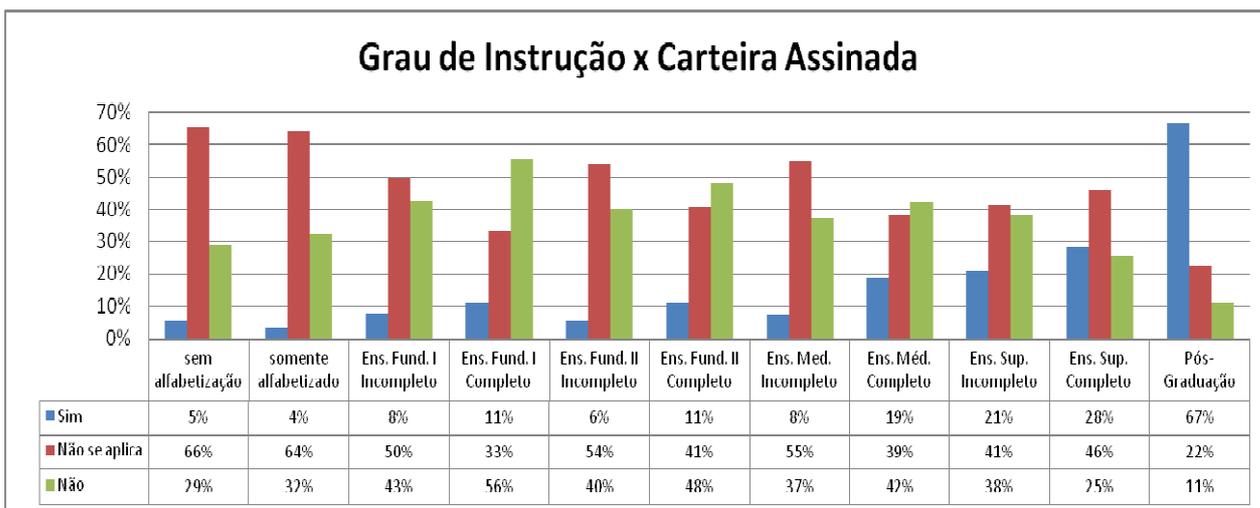
Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

Sobre a situação ocupacional, pouco mais da maioria da população pesquisada (52%) não trabalha, sendo que esse índice é maior entre aqueles que não têm alfabetização ou são somente alfabetizados.



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

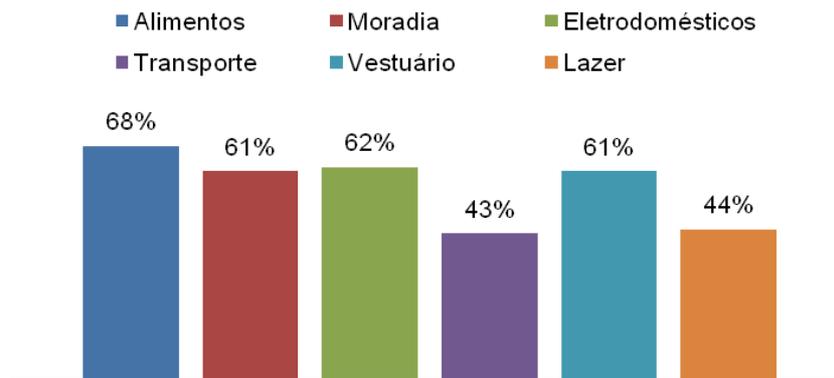
Todavia, chama a atenção que aqueles que trabalham em muitos casos estão em uma situação de informalidade: pouco mais de 30% trabalha com carteira assinada. Nesses casos, a variável grau de instrução também é reveladora: quanto mais se aproxima de uma maior titulação, maiores as chances de trabalho com carteira assinada, como se vê na tabela a seguir:



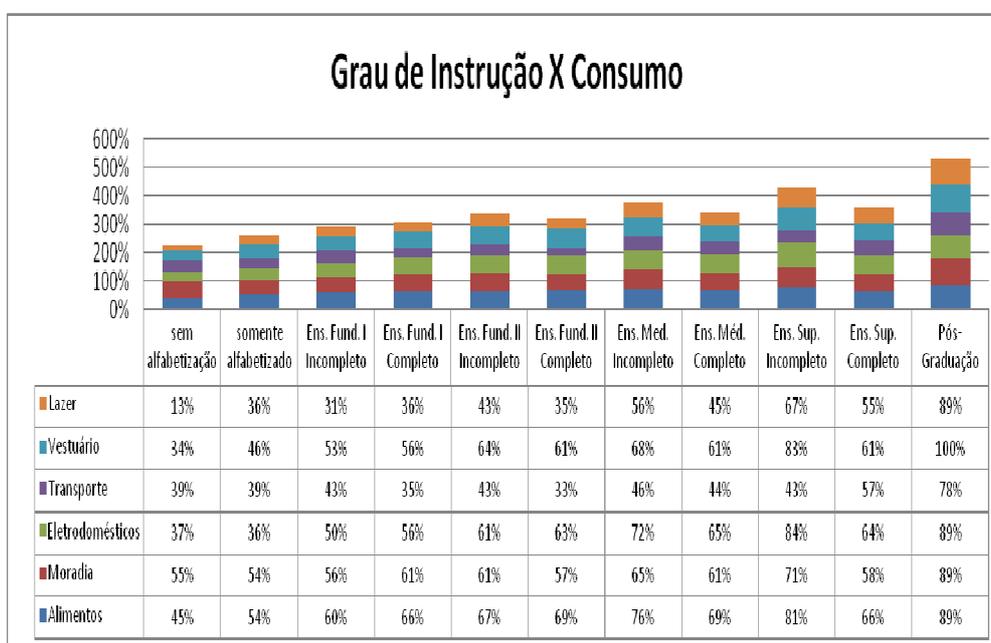
Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

Ainda que os dados apontem numa perspectiva a princípio negativa, o que se percebeu na fala dos entrevistados é que a situação de consumo melhorou nos últimos anos, sobretudo nos quesitos alimentação e eletrodomésticos. É fato, no entanto que o consumo melhorou não somente para o cidadão de Fortaleza como também do nordestino em geral. O estudo *Condições de Vida das Famílias do Nordeste*, feito pelo Etene com base em pesquisas do IBGE e publicado no Jornal O Povo (08/11/10), confirma essa situação. O estudo mostra que as pessoas com os rendimentos menores foram as que tiveram os maiores ganhos e passaram a consumir mais nos últimos anos. A explicação para a ampliação dos ganhos das famílias é múltipla: além de programas como o Bolsa Família, houve ainda um crescimento real do salário mínimo e dos valores das aposentadorias, ajudando a alimentar a economia das cidades do interior. De 2002 a 2009, a média salarial das famílias nordestinas saltou de R\$ 1.468,36 para R\$ 1.712,88, significando um aumento de 16,65%.

Melhoria de consumo nos últimos anos



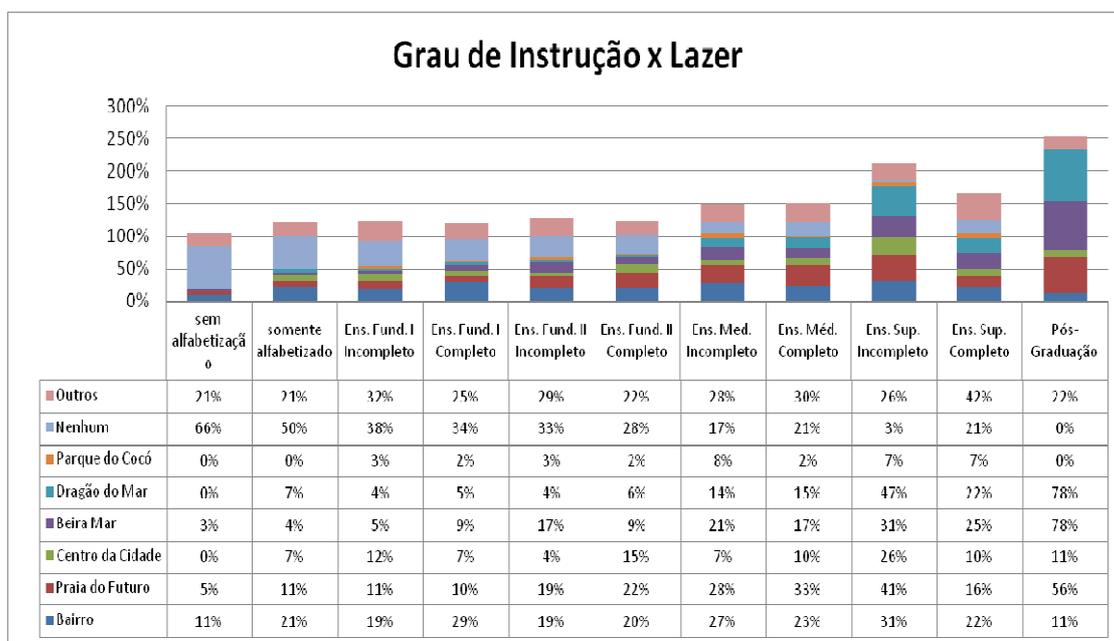
Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

Percebe-se uma estratificação quanto ao tipo de consumo, quando relacionado ao grau de instrução. Alimentação, moradia, consumo de eletrodomésticos e vestuário sofreram um aumento de consumo de mais de 50% em todos estratos sociais definidos quanto ao grau de instrução. No entanto, em se tratando de transporte e lazer, os índices de melhora ficam abaixo de 50% em quase todos os graus de instrução, sendo perceptíveis as discrepâncias entre a melhora do consumo da moradia e o lazer entre os sem alfabetização (55% e 13%) e a melhora de alimentos e o lazer entre aqueles que têm o Ensino Fundamental I Incompleto (60% e 31%). De fato, ainda que em todos os itens haja essa percepção de aumento no consumo, as menores mudanças aconteceram

nos itens lazer e transporte. Há que se levar em consideração, entretanto, que em muitos casos os entrevistados não consideram algumas atividades como item integrante do lazer. O transporte público considerado por muitos como de má qualidade e o trânsito certamente influenciaram nas respostas dos entrevistados.



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

Se as desigualdades em número podem expressar dimensões objetivas de construção das diferenciações de classe, os usos do espaço público constituem um dado significativo a ser explorado.

Chama a atenção o fato de que lugares como o Parque do Cocó e o Dragão do Mar não foram apontados como espaços de lazer entre os sem-alfabetização, enquanto que para os pós-graduados, o Centro Dragão do Mar foi considerado importante espaço de entretenimento por 78% dos entrevistados. Há, portanto, lugares na cidade que são segregados em função da renda e do grau de instrução. Lugares como os já apontados, incluindo a Beira Mar são mais frequentados por aqueles que têm titulação superior. A Praia do Futuro foi considerada um atrativo acessado por todos os indivíduos pertencentes a distintos graus de instrução. Ainda assim, o item lazer é acessado 10 vezes mais por aqueles possuidores de maior titulação. No caso da Beira Mar, a

discrepância é ainda maior: 3% dos sem instrução afirmaram utilizá-la como espaço de lazer, enquanto que para os pós-graduandos o percentual atingiu 78%.

II. 12 Representações sobre Fortaleza

Nos grupos focais, realizados como atividades pelo Eixo II, a Cidade de Fortaleza foi apresentada como aglutinadora de serviços, com grande capacidade de atração sendo alvo do desejo dos cearenses e visitantes de outras capitais. Essa “Fortaleza desejada” acarretou nas últimas décadas um aumento populacional desenfreado, caracterizado por intensa migração e criação de áreas de risco, uma forte tendência à especulação imobiliária e uma desigualdade acentuada com forte concentração de renda.

Essa visão é reforçada pela professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisadora do Observatório das Cidades, Clélia Lustosa, para quem Fortaleza possui "pontos" atrativos de aglomeração com a grande oferta de serviços, comércio e lazer. Entretanto, o inchaço da população potencializa problemas como a dificuldade de mobilidade urbana, a poluição, o déficit habitacional, os danos ambientais e diversos outros que terão que ser enfrentados.

Analisando os dados parciais do Censo 2010 que apontam um crescimento de 8,1% da população de Fortaleza com relação à pesquisa de 2000, a pesquisadora afirma que esse crescimento não foi tão alto assim, ficando abaixo da média. "O aumento, entre os anos de 1991 e 2000, foi de 20%, bem maior que o atual. Isso se deve, em sua opinião, aos atrativos para outras cidades do interior e a migração para demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (Diário do Nordeste, 05/11/2010).

Os estudos apontam no caso específico de Fortaleza, que a concentração de renda nos setores econômicos (turismo e indústria incentivada) e sociais articulados com a globalização resultaram em agravamento das disparidades no mercado de solo, fragmentação urbana e segregação sócio-espacial, condomínios residenciais fechados, grandes projetos de infraestrutura para atender às grandes empresas e elites locais,

abandono e degradação do habitat das classes populares (Bernal, 2004). Dados sobre a distribuição de renda também comprovam em números o índice das desigualdades sociais.

Tabela - Fortaleza. Classes acumuladas de percentual em ordem crescente de rendimento

Variável = Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento (Percentual)

Classes acumuladas de percentual em ordem crescente de rendimento	Ano	
	2005	2006
Até 10 %	0,8	0,8
Até 20 %	3	3
Até 30 %	7	7,3
Até 40 %	11,4	12,3
Até 50 %	16	17,3
Até 60 %	21,5	23
Até 70 %	28,2	29,9
Até 80 %	37,3	39,5
Até 90 %	51,8	54,3
Até 100 %	100	100

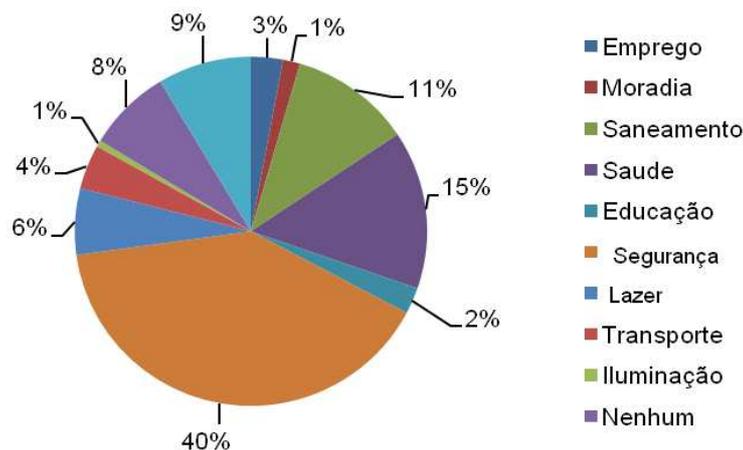
Nota:

1 - Os dados desta tabela **não** foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

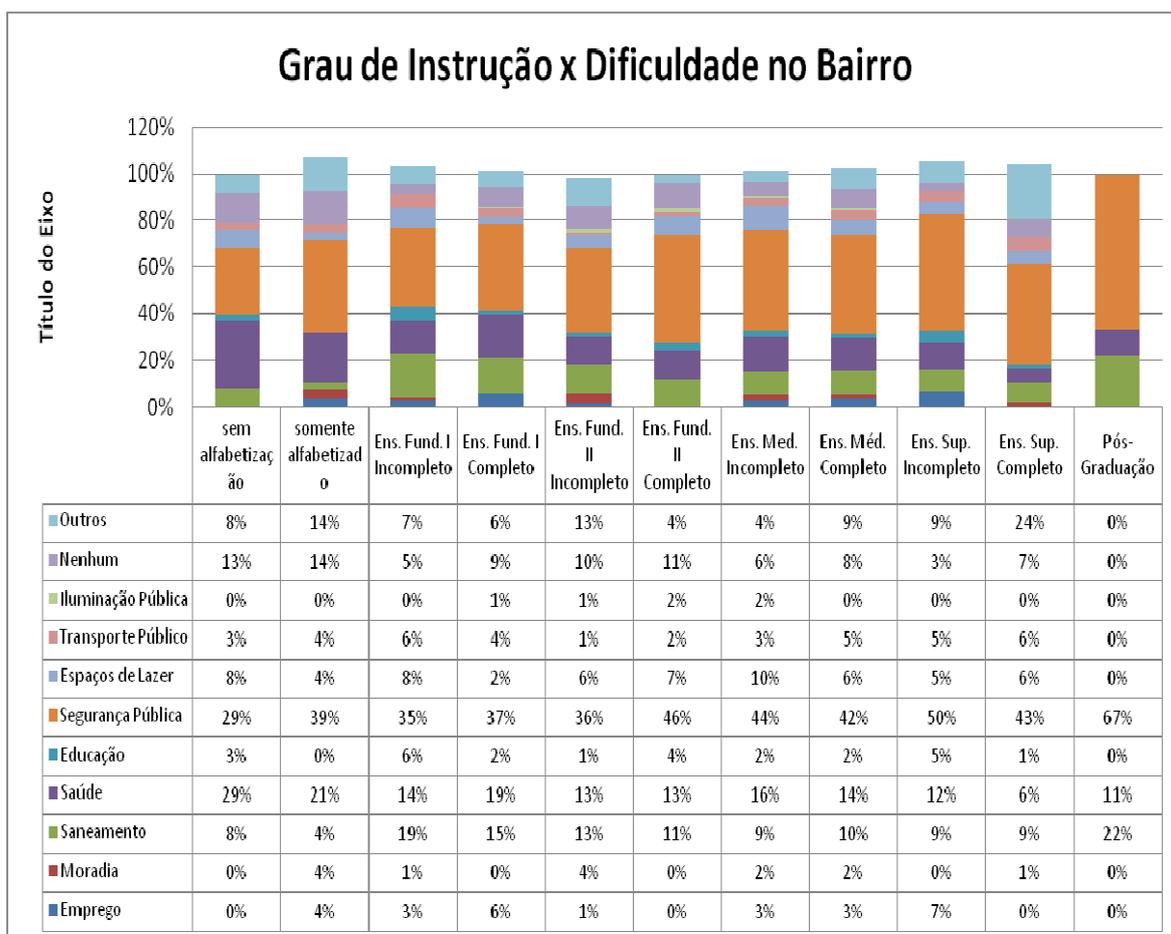
Em se tratando dos problemas apontados na enquete, segurança pública, saúde, saneamento e educação são os principais, o que reforça a adoção de medidas sugeridas pelos informantes: aumento de policiais, de escolas públicas municipais, de profissionais de saúde e aumento no número de moradias.

Principal problema apontado



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

Nos grupos focais, as percepções sobre as Políticas de intervenção existentes remetem à idéia de que há ausência, deficiência ou descompasso entre o aumento da cidade e de seus problemas.



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010)

Os resultados dos grupos focais apontaram na seguinte direção. Um dos primeiros problemas apontados diz respeito à **ausência de uma estrutura de planejamento para a cidade**. Apontou-se que nas últimas décadas órgãos que atuavam nessa direção foram extintos, levando à pulverização de técnicos que trabalhavam nesses setores. O problema foi agravado ainda pela ausência de concursos, piorando a situação, dado que o que vem ocorrendo na cidade é uma **defasagem entre o crescimento da cidade e sua capacidade organizacional**. Mencionou-se ainda a **ausência de uma política com uma visão de totalidade**, embora se entenda que o Plano Diretor seja uma busca de planejamento integrado. As dificuldades de sustentabilidade, articulação e autonomia e de políticas intersetoriais também foram ressaltadas nos grupos focais.

A falta de planejamento apontada nas reflexões em grupo induziu críticas às **intervenções urbanas pontuais**, voltadas para a organização de grandes eventos, como por exemplo, a Copa de 2014.

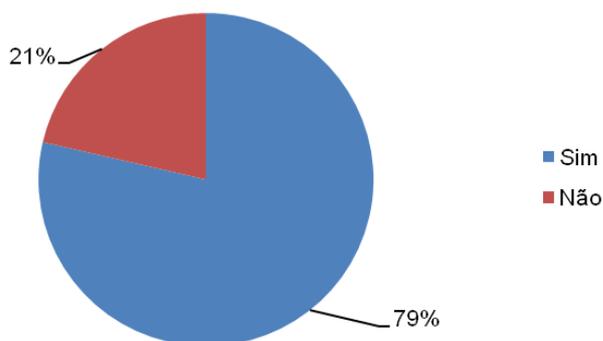
Ademais, a respeito das políticas públicas existentes, há uma idéia recorrente de existência de uma **sobreposição de ações** e uma **descontinuidade das políticas públicas- planos federal, estadual e municipal**. Há ainda a percepção de que falta uma integração entre as unidades urbanas que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, tendo em vista minimizar alguns desses problemas já apontados.

Do ponto de vista do acesso aos bens e serviços, os grupos focais apontaram as seguintes questões:

- Estrutura educacional deficitária, com alto índice de evasão escolar;
- Não alcance das políticas públicas para pessoas abaixo da linha da pobreza;
- Condições precárias de infraestrutura;
- Falta de preservação da memória histórica e do patrimônio público;
- Precarização das condições de trabalho e;
- Forte tributação das pequenas e médias empresas.

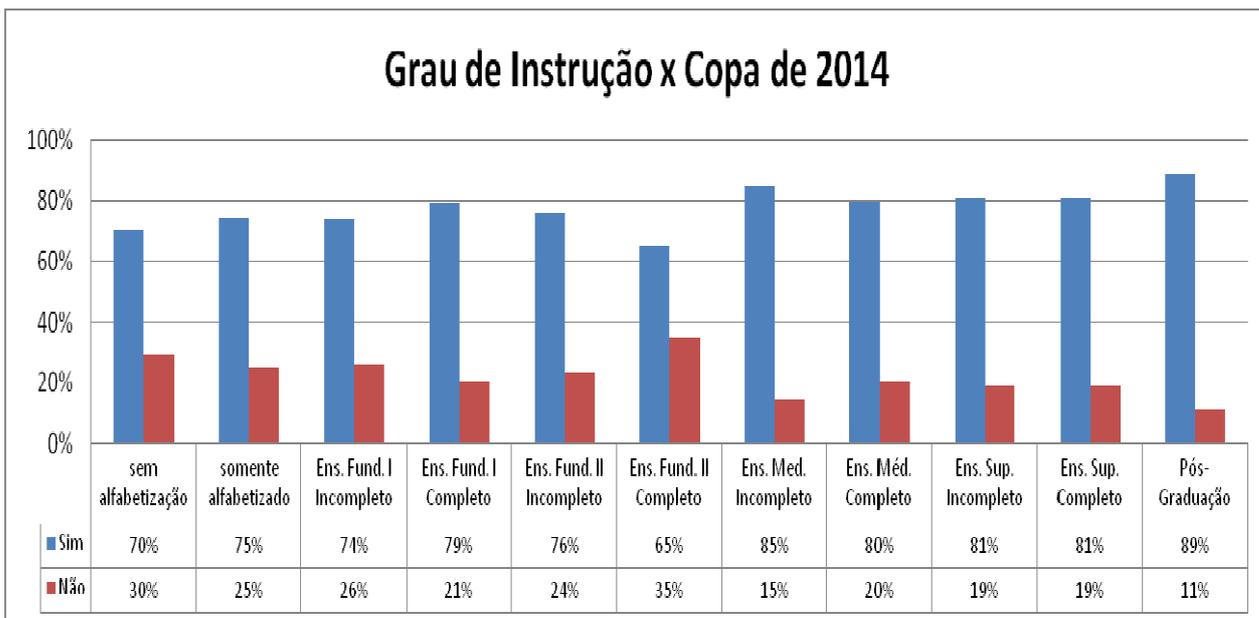
Sobre as relações entre estado e movimentos sociais foi ressaltado a **desconsideração das propostas dos movimentos sociais pelo poder público**. Aqueles vêm modificando e ampliando suas demandas tradicionais (além de Saúde, Educação e Habitação se inclui atualmente o lazer e segurança), no entanto, na percepção dos participantes dos grupos focais, o Estado não leva em conta essas demandas e sua urgência. Sobre a Copa do Mundo há uma expectativa bastante grande de que o evento contribua positivamente para a cidade.

Percepção positiva sobre a Copa do Mundo de 2014 para a cidade



Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

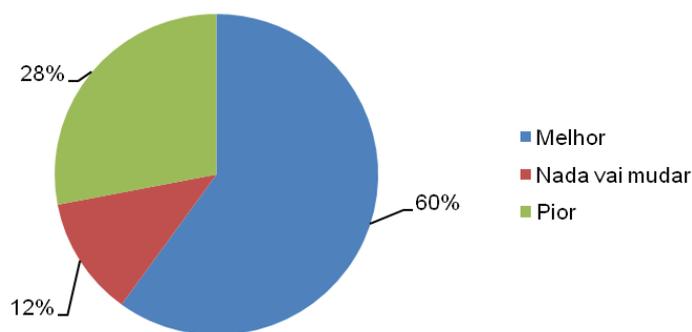
Percebeu-se, todavia, que quanto mais baixo o extrato social dos entrevistados, mais descrédito há em relação a essas melhoras. Uma explicação plausível reside no fato de que parte dos projetos estruturantes da Copa do Mundo não atingem diretamente a vida de muitos pesquisados. Também é importante ressaltar que há pouco conhecimento acerca de quais projetos virão para a cidade por ocasião desse evento.



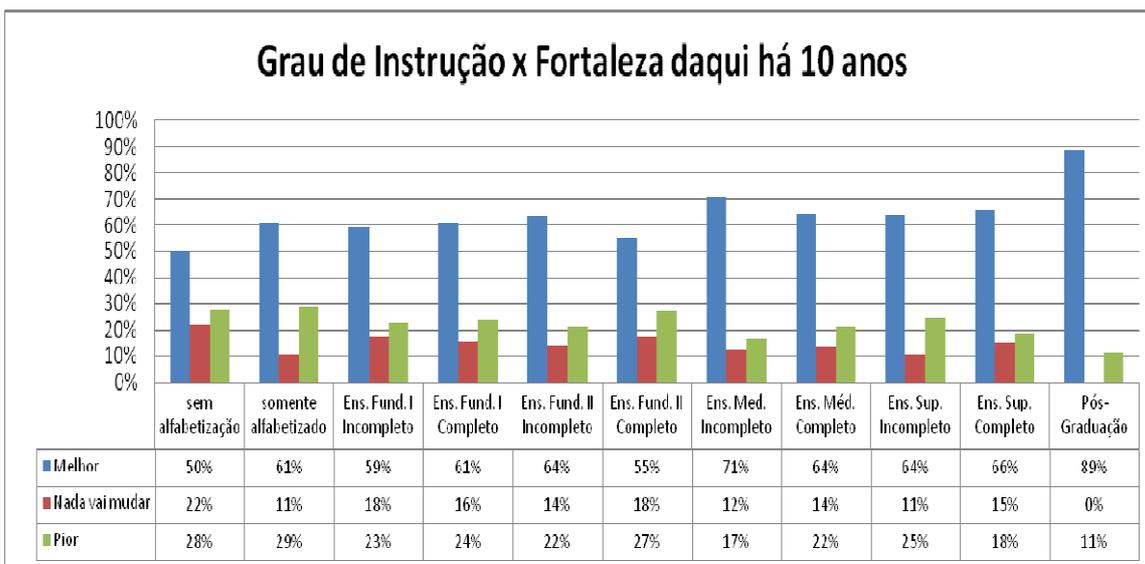
Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010)

A respeito das perspectivas para a cidade, em geral, há uma visão positiva acerca do futuro de Fortaleza, repetindo, no entanto, a mesma lógica da questão anterior. 60% dos entrevistados afirmaram que a cidade vai mudar para melhor; 12% entendem que a cidade vai permanecer como está e 28% têm uma visão mais pessimista sobre os próximos anos. Essa visão mais pessimista atinge os extratos mais baixos, enquanto os extratos altos são os que têm as perspectivas mais otimistas.

Percepção sobre o futuro de Fortaleza



Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010).



Fonte: enquête LEPEC (Julho/2010).

Os participantes dos grupos focais ressaltam avanços nas políticas públicas. Existe uma percepção de que houve nas últimas décadas uma melhoria no acesso, a uma intensificação das políticas, assim como uma descentralização garantindo mais efetividade (mais acesso aos recursos públicos e ações compartilhadas). Houve, segundo os participantes, uma mudança de percepção da população sobre a assistência como direito de “cidadania” e não mais como esmola, traduzindo maior negociação e diálogo entre governo e setores excluídos.

Experiências exitosas de articulação com o governo federal permitiram a criação de programas como o Bolsa Família e de cursos de capacitação, garantindo um aumento na renda e no consumo e de novos serviços, tais como (odontologia, tendas terapêuticas, terapia comunitária, criação dos CAPS) viabilizando na população a “melhoria de sua dignidade”. Acerca das políticas habitacionais, foi percebida uma diminuição do déficit habitacional.

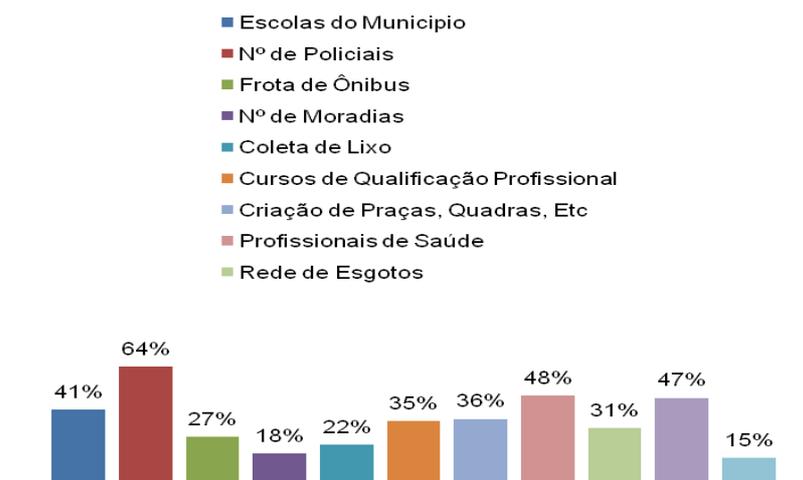
A criação de ministérios e secretarias com atividades específicas para as cidades, os conselhos criados para esse fim e o Estatuto das Cidades também foram ressaltados positivamente como parte de um processo de melhoria, mais transparência e participação.

II. 13. Preparando a cidade para o futuro: proposições da população

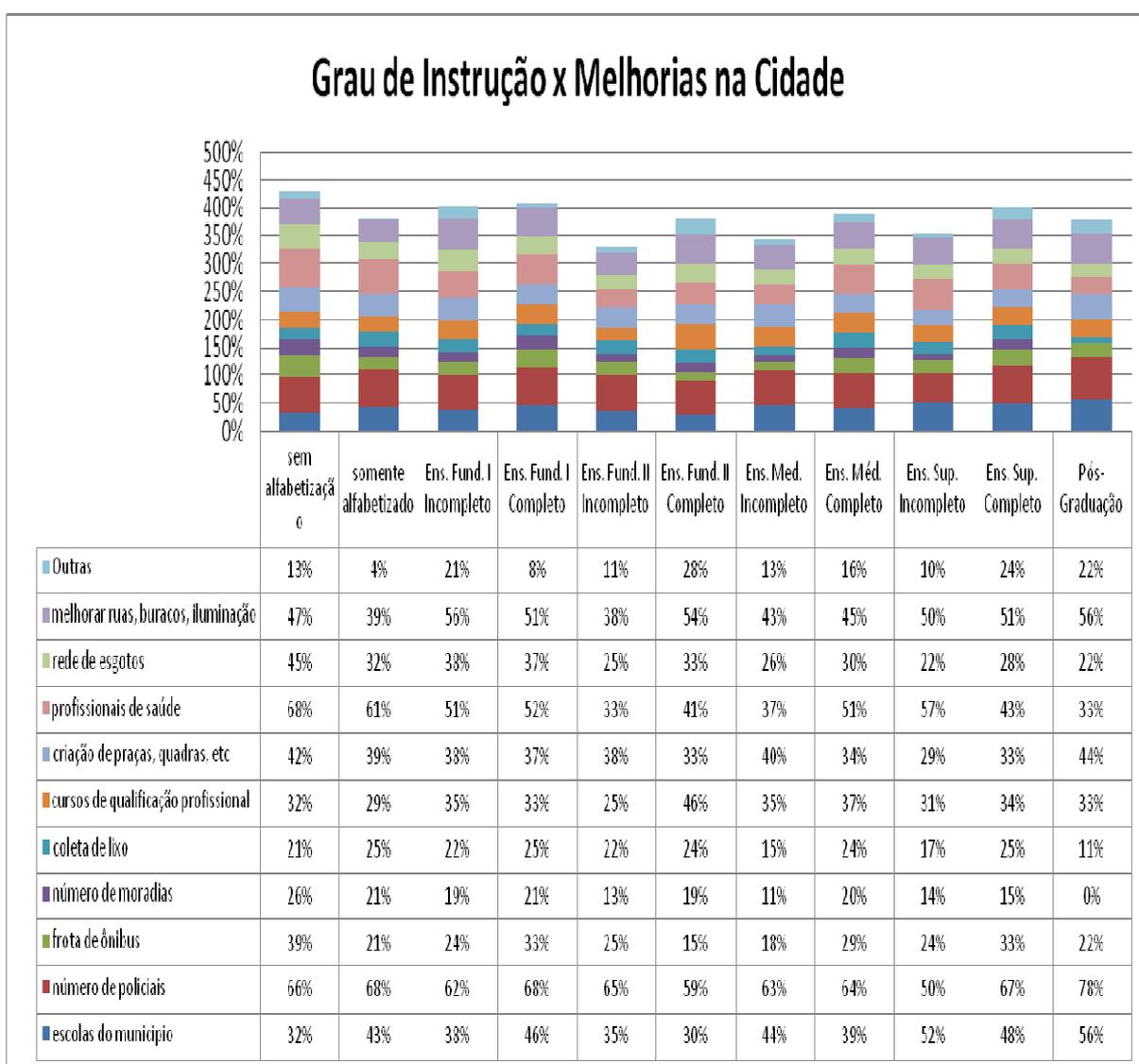
A demanda feita pela Câmara de vereadores a um conjunto de pesquisadores da UFC para que identificassem por meio de pesquisa a problemática urbana de Fortaleza pode ser considerada louvável e oportuna. Sobretudo considerando-se a distância sempre enunciada entre a pesquisa e a intervenção social e política. Embora as mediações necessárias para a efetivação de medidas de caráter político e urbanístico envolvam estratégias e as ações que muitas vezes distanciam-se da investigação imediata, é esperado que o Pacto seja um instrumento de captura das vozes da cidade em múltiplos sentidos. Em primeiro lugar, na perspectiva de que a cidade é quase nunca pensada como totalidade. Afora o discurso de unidade do planejamento técnico reproduzido às vezes no discurso de políticos, hoje sabemos que o cidadão comum desfruta de pedaços de sua cidade, habituado a escolher trajetos e a defender-se da guerra diária que enfrenta cotidianamente.

Na enquete, os entrevistados puderam sugerir medidas a serem tomadas visando à melhoria da cidade de Fortaleza. Foram sugeridos os seguintes itens: o incremento do número de policiais, o aumento de profissionais de saúde, a melhoria das escolas do município, o aumento de saneamento básico e infra-estrutura.

Medidas a serem tomadas para a melhoria do município



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010).



Fonte: enquete LEPEC (Julho/2010).

II. 14. Problema, proposição e justificativa

Os participantes de grupos focais apresentaram os problemas e demandas para a cidade de Fortaleza, apontando também ações abrangentes e não restritas ao espaço urbano.

Problema: crescimento econômico e populacional desordenado dos centros urbanos (Fortaleza)

Proposições:

1. Incentivo à agricultura e a interiorização da indústria;
2. Equilíbrios nos investimentos públicos em toda a cidade;
3. Descentralização dos investimentos sociais no Estado e em Fortaleza (hospitais, creches, escolas, postos de saúde);
4. Investimento em concurso público para profissionais da educação, saúde, segurança pública, tendo em vista garantir o funcionamento das estruturas e equipamentos municipais, sobretudo na periferia;
5. Promoção de maior interação entre os setores produtivos e as instituições de pesquisa.

Justificativa: As políticas na área industrial não devem se unicamente pautadas por princípios de mercado. Essa conduta tem produzido efeitos negativos na medida em que: a) as empresas se localizam temporariamente em um determinado espaço para se apropriar das vantagens associadas aos incentivos fiscais e financeiros e abandonam a região tão logo os mesmos terminam; b) estimula uma concentração espacial dos investimentos das empresas incentivadas na RMF. Benefícios devem ser concedidos preferencialmente as empresas que investirem em áreas deficientes em termos de empreendimentos industriais.

O crescimento econômico engendra fortes recomposições, podendo aprofundar o dualismo sócio-espacial nas áreas receptoras e naquelas de suas influências. Por exemplo, o desenvolvimento de infraestrutura necessária à integração do setor produtivo no circuito de troca no âmbito regional/nacional/mundial amplia a fragmentação urbana entre os espaços “ganhadores” e “perdedores”. Especificamente, a concentração de projetos estruturantes em poucas regionais, embora importantes para o crescimento do Produto Interno Bruto de Fortaleza, ocasiona desequilíbrios no processo de crescimento e planejamento.

A disponibilidade de uma ampla oferta de mão-de-obra com a qualificação apropriada para as tarefas que realiza, associada à capacidade empresarial e organizacional em um ambiente adequado de inovação estimularão o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Nesse sentido, torna-se crucial que as instituições de pesquisa e de capacitação tecnológica na região procurem atuar no acompanhamento da evolução tecnológica das empresas e no treinamento da mão-de-obra. Neste caso, as universidades públicas têm um papel fundamental.

Problema: Segregação residencial e no uso do espaço público

Proposições:

1. Requalificação e planejamento dos espaços urbanos, objetivando a não concentração de moradias e atividades profissionais por faixa de renda;
2. Apropriação estatal dos imóveis abandonados;
3. Prioridade concedida à construção de casas populares para a população que ganha até 3 salários mínimos;
3. Planejamento do governo para dar subsídio ao turismo de compras no centro da cidade e;

4. Fortalecer o comércio dos bairros, principalmente na periferia.

Justificativa: É importante melhorar o acesso à moradia das classes populares. No caso específico de Fortaleza, a aplicação de um dispositivo de regulação da zona urbana permitiria uma redução substancial dos domicílios vagos. Ademais, uma política habitacional mais incluyente passaria pela criação de mecanismos de regulação (tributação, compras de terrenos pelo poder público visando uma urbanização futura) com o objetivo de evitar movimentos especulativos em relação aos preços de terrenos e imóveis.

A segregação do espaço público diz respeito não só a oferta desigual de moradias, mas também ao acesso ao comércio. A dinamização do espaço público supõe também a valorização de atividades já existentes, como o comércio ambulante.

Uma tendência que se observa em nível mundial é justamente o comércio dos bairros. Em cidades com grandes problemas de mobilidade urbana, torna-se cada vez mais importante incentivar esse tipo de comércio. Esse modelo evita grandes deslocamentos das famílias para realizar suas compras. Nesse sentido, é preciso fortalecer o comércio de proximidade, baseado em pequenos empresários, principalmente na periferia.

Problema: Disparidades sócio-espaciais

Proposições:

1. Incentivo à criação de cooperativas;
2. Fortalecimento de pequenas e médias empresas por meio de políticas de crédito, fiscais e tecnológicas;
3. Incentivo à criação de cooperativas;

5. Melhor acesso às instituições de ensino;
6. Ampliação da educação profissional;
7. Fiscalização e efetivação das leis trabalhistas;
8. Criação de empregos para os beneficiários do Bolsa Família em troca de incentivos fiscais e financeiros;
9. Criar programas de capacitação profissional e convênios com empresas para formalização de empregos e;
10. Criação de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando reduzir as desigualdades espaciais.

Justificativa: As pequenas e médias empresas (PME's) têm um papel estratégico para o crescimento econômico sustentável com geração de emprego e distribuição de renda. Nessa perspectiva, a atuação do poder local torna-se determinante no sentido de estimular uma cultura de cooperação que seria firmada institucionalmente. A criação de instituições capazes de fornecer uma gama de serviços, como treinamento, pesquisa e desenvolvimento, marketing e venda e aquisições coletivas, seria fundamental para o fortalecimento dessas empresas. Por exemplo, a promoção das exportações das PME's mediante a criação de um sistema de consórcios de empresas. I

Além da cultura de cooperação, outras medidas seriam cruciais para fortalecer as PME's na cidade de Fortaleza: (1) ampliar acesso à linha de crédito especial para as pequenas e médias empresas; (2) diminuir os juros para linhas de crédito; (3) favorecer o empreendedorismo; (4) diminuir tributos das empresas que cumpram e desenvolvam relações de responsabilidade social e ambiental.

O fortalecimento das pequenas e médias empresas permitiria a redução do grau de informalização do mercado de trabalho na cidade Fortaleza. Vale destacar que a forte criação de empregos formais não impediu o aumento da informalidade na capital, que

avança mesmo em segmentos com maior participação do emprego formal, como a construção civil e a indústria de transformação.

Ademais, a geração de empregos para os beneficiários do Bolsa Família, em troca de incentivos fiscais e financeiros, contribuiria para a redução das desigualdades sociais em Fortaleza.

Já a redução das desigualdades espaciais passaria pela transferência de excedente dos espaços dinâmicos geradores de riqueza para as regiões periféricas por meio de uma reorientação tanto da estrutura tributária quanto das despesas públicas. Nesse sentido, o orçamento público seria um poderoso instrumento de redução das desigualdades espaciais, ao desvincular a riqueza gerada da riqueza disponível. Não se trata, portanto, de uma política explícita de desenvolvimento territorial, mas da adoção de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando assegurar um equilíbrio na oferta de serviços públicos ao conjunto da população nos diferentes espaços da cidade, independentemente de sua capacidade de criar riqueza.

Problema: Déficit de políticas públicas para pessoas abaixo da linha da pobreza

Proposições:

1. Melhorar a qualidade das políticas já existentes e ampliar sua capacidade e abrangência
2. Ampliar recursos para instituições que trabalham com pessoas em situação de risco
3. Fomento a projetos culturais

Justificativa: É importante tratar as políticas públicas de forma mais abrangente, incorporando não só medidas econômicas como ações culturais. A ampliação e o treinamento de profissionais especializados podem contribuir para o desenvolvimento de ações criativas capazes de suscitar melhor integração econômica e cultural.

Problema: Falta de integração entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza

Proposições:

1. Construir um comitê gestor da região metropolitana;
2. Elaborar consórcio intermunicipal visando maior integração;
3. Investimento em transporte coletivo inter-municipal, com tarifas iguais e melhorias das vias de acesso (construção do metrô);
4. Descentralizar universidades, hospitais;
5. Impulso a projetos turísticos e culturais e;
6. Operações urbanas consorciadas.

Justificativa: Uma maior integração entre os municípios que compõem a região metropolitana é importante para diminuição da segregação e melhoria de oferta de serviços públicos. Trata-se de uma medida que poderá amenizar os efeitos negativos provocados por regiões de grande adensamento populacional. A maior articulação entre os municípios pode também favorecer um planejamento para a cidade.

Problema: Desconsideração das propostas dos movimentos sociais pelo poder público

Proposições:

1. Ampliar a participação de segmentos representativos da sociedade nos conselhos normativos;

2. Esclarecimento do orçamento público através de mecanismos de mídias sociais (TV e rádio);
3. Efetivar o Orçamento Participativo;
4. Mobilizar entidades para aumentar as formas de participação;
5. Fortalecer o controle social;
6. Realizar conferência, colóquios, congressos, tendo em vista aprofundar as articulações entre a sociedade e o Estado e;
7. Criar comissão de representantes dos movimentos sociais na fiscalização da implementação de programas e ações.

Justificativa: Não basta a criação de requisitos legais de participação. É necessário que sejam instituídas práticas efetivas de escuta e aprofundamento de demandas populares.

Problema: Condições precárias de infra-estrutura

Proposições:

1. Ampliar recursos para manutenção, vinculado a cada obra iniciada ou em andamento;
2. Investir em saneamento básico nas periferias;
3. Criar parceria entre a prefeitura e o IAB;
4. Renovar, prevenir e manter as obras;
5. Repensar o modo de construção, respeitando o meio ambiente;
6. Ampliação e manutenção de vias públicas, espaços e equipamentos públicos;

7. Planejamento conjunto entre empresa e poder público no andamento das obras e nos processos de licitação;

8. Fiscalização de empresas que executem essas obras;

9. Garantir controle de qualidade dos materiais utilizados nas obras.

Justificativa: É importante pensar as obras em sua funcionalidade coletiva. O planejamento urbano deve ser feito envolvendo diversos segmentos da sociedade e profissionais especializados. Uma visão abrangente da cidade deve incidir sobre o controle e usos do espaço.

Problema: Sobreposição e descontinuidade de ações provenientes de políticas públicas

Proposições:

1. Fortalecimento da Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura Urbana;

2. Construir um plano interinstitucional de políticas públicas;

3. Criar fóruns democráticos para discussões;

4. Garantir um nível de interligação entre essas ações;

5. Criar comissões com membros da sociedade civil;

6. Criação de uma agenda pública, segundo critérios de prioridade;

7. Criar lei de transição de gestão com foco na obrigatoriedade da avaliação dos programas e projetos sociais;

8. Priorizar as políticas públicas de estado dentro dos planos de governos municipais;
9. Acompanhamento popular dos compromissos do executivo, através de associações comunitárias e da CMF;
10. Criar um dispositivo legal que garanta a continuidade de políticas e de repasse de recursos;
11. Promover maior integração entre os poderes municipais, estaduais e federal.

Justificativa: A sobreposição de ações realizadas por distintos órgãos traz por consequência o desperdício de esforços e a pouca operacionalidade de propósitos. Nesse sentido as articulações entre órgãos e entre especialistas, além do envolvimento de setores organizados da sociedade podem viabilizar estratégias comuns de atuação das políticas públicas. A proposta de continuidade e conjugação de políticas públicas emergiu dos grupos focais e das plenárias realizadas na Câmara. O argumento básico era o de que havia descontinuidade entre propostas e muitas vezes falta de coordenação entre projetos, repercutindo sobre a consolidação de experiências.

Problema: Falta de preservação da memória histórica e do patrimônio público

Proposições:

1. Tombar os ícones históricos;
2. Resgatar o Marco Zero de Fortaleza;
3. Criação de novos critérios para obras públicas: concurso de idéias;
4. Investimento do Estado nos serviços, a partir do capital privado;
5. Retomada do Fórum Adolpho Herbster para discussão sobre a cidade;

6. Criação de fóruns internacionais de discussão e comparação entre experiências de intervenção inovadoras;
7. Criação de leis de ação urbanística, para proibir a construção de torres em locais de difícil acesso;
8. Programa de requalificação do centro e da Praia de Iracema (reformas de casarões, museus etc.);
9. Criação de leis e fiscalização para regulamentar a construção das calçadas;
10. Fóruns internacionais de discussão e comparação entre experiências de intervenção inovadoras.

Justificativa: A requalificação de centros urbanos supõe a valorização de práticas de uso do espaço já existentes, tendo em vista melhor potencializar novas formas de utilização. A aprendizagem feita com objetivo de inovação poderá acrescer aspectos criativos às restrições espaciais. A fiscalização de leis e as discussões sobre o tema podem agilizar processos coletivos de intervenção.

Problema: Estrutura educacional deficitária, com alto índice de evasão escolar

Proposições:

1. Obrigatoriedade do ensino médio;
2. Ampliação da educação profissional;
3. Ampliar a educação em tempo integral para educação infantil e ensino fundamental;
4. Reestruturar o ensino noturno;

5. Criar incentivo para os profissionais e alunos da Educação de Jovens e Adultos;
6. Combate à evasão escolar selecionando melhor os professores e promovendo cursos de capacitação;
7. Criação de bibliotecas infantis itinerantes;
8. Fiscalização para a efetivação da política que propões a construção da gestão democrática no âmbito das escolas municipais;
9. Fiscalização da execução do programa Mais Educação;
10. Construção de novas escolas e fim dos anexos;
11. Trabalhos educativos desenvolvidos junto à família;
12. Educação voltada para a cidadania, capaz de incluir jovens da periferia;
13. Projetos de educação integral e integrada;
14. Creches públicas e;
15. Criação de uma Universidade Municipal

Justificativa: O déficit educacional caracteriza-se por um conjunto de problemas que envolvem deficiência no ensino e falta de integração entre escola e comunidade. Nesse sentido, as ações devem estar relacionadas a medidas conjuntas nos diferentes níveis de escolaridade. Pensar a educação de forma integral e em sentido lato traz por consequência a possibilidade de incentivar talentos e desenvolver projetos coletivos. Um sistema de parceria envolvendo participação dos governos municipal, estadual e federal viabiliza uma ação estratégica de planejamento a curto e longo prazo.

II.14. Considerações finais

A interlocução e participação de atores da sociedade civil nas instancias de execução e legislação constituem um dos pontos mais importantes oportunizados pelo pacto. Trata-se de pensar no ideal da cidade com espaço vivido e interpretado por seus habitantes, tornando os problemas permanente objeto de reflexão e construção coletiva de estratégias de intervenção. A realização de seminários e fóruns com participação de representantes de outras cidades, tendo em vista a troca de experiências inovadoras e a possibilidade de orquestração de ações voltadas para objetivos comuns foi aventada como espaço fundamental para traçar planos de intervenção a curto, longo e médio prazo.

Os grupos focais, assim como os fóruns de debate enfatizaram a importância de manutenção e articulação de políticas públicas municipais, considerando a necessidade de não superpor funções e sim estabelecer uma espécie de divisão do trabalho nas várias secretarias.

A realização de seminários e fóruns regulares, com participação de representantes de outras cidades, tendo em vista a troca de experiências inovadoras e a possibilidade de orquestração de ações voltadas para objetivos comuns foram aventadas como oportunidade fundamental para traçar estratégias de intervenção a curto, longo e médio prazo.

Anexo I

PROJETOS EXISTENTES PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PROJETOS		SECRETARIA	PÚBLICO ATINGIDO	FONTE
<i>Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza</i>	Geração de renda e segurança alimentar, formando redes comunitárias e familiares para a produção, beneficiamento e comercialização do excedente produzido e educação ambiental.	Desenvolvimento Econômico	Não informado.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Produção Pesqueira Compartilhada e Geração de Trabalho na Lagoa de Messejana</i>	Geração de renda.	Desenvolvimento Econômico	40 pescadores.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Capacitação em produção agroecológica e educação ambiental</i>	Atividades educativas.	Desenvolvimento Econômico	30 jovens (bairros Pio XII, Genibaú, Bela Vista e Sabiaguaba).	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Programa do</i>	Oferta de cursos,	Desenvolvimento	21 artesãos, no	Site:

<i>Artesanato/ Apoio às Unidades Produtivas Artesanais de Fortaleza</i>	matéria-prima e vale-transporte, e um designer profissional que acompanha e orienta os processos produtivos.	Econômico	Espaço do Artesanato	http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Programa de Inclusão Digital de Fortaleza (Proinfor)</i>	Qualificar e inserir no mercado de trabalho, na área da informática, jovens e adultos oriundos de escolas públicas que tenham entre 16 e 24 anos.	Desenvolvimento Econômico	192 jovens de diversos bairros	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Apoio a Empreendimentos Produtivos Solidários</i>	Capacitação e ampliação do show room da economia solidária e da feira de negócios.	Desenvolvimento Econômico	Conjunto Palmeiras: 10 jovens capacitados; Grande Bom Jardim: ampliação do show room.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Rede Estrela de Iracema</i>	Capacitações e geração de emprego e renda articulados em cinco empreendimentos econômicos nas áreas de confecção e	Desenvolvimento Econômico	70 pessoas.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br

	artefatos têxteis.			
<i>Balcão de Emprego (em parceria com o SINE)</i>	Atendimento de cadastro; orientação ao trabalhador; encaminhamento ao mercado de trabalho formal.	Desenvolvimento Econômico	1.965 atendimentos e 375 encaminhamentos (até 05/2010).	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Programa Agência Cidadã de Crédito (PAC)</i>	Acesso ao microcrédito, acompanhamento e monitoramento dos resultados.	Desenvolvimento Econômico	21 mil microempreendedores (maio de 2005 a setembro de 2009).	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Programa Cozinha Popular</i>	Geração de trabalho e renda por meio do financiamento da produção caseira de alimentos que são vendidos em bairros populares de Fortaleza.	Desenvolvimento Econômico	Mulheres chefe de família, desempregadas, residentes em comunidades de Fortaleza.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Credjovem Solidário</i>	Financiamento a atividades geradoras de renda aos grupos de jovens através do crédito para implantação de empreendimentos solidários.	Desenvolvimento Econômico/ Coordenadoria de Juventude	Crédito concedido: 442 jovens Implantação de empreendimentos: 151 (desde 2005).	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Diferenciart</i>	Capacitação; geração de	Desenvolvimento Econômico	500 pessoas de 23 instituições.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br

	trabalho e criação de espaços para a comercialização dos produtos para pessoas com deficiência.			br
<i>Feiras</i>	Comercialização de produtos desenvolvidos pelos pequenos produtores.	Desenvolvimento Econômico	60 produtores Realizadas em Messejana e Itaoca.	Site: http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br
<i>Projovem Urbano</i>	Conclusão do Ensino Fundamental, iniciação profissional e inclusão digital. Bolsa concedida de R\$ 100,00.	Coordenadoria da Juventude	Jovens de 18 a 29 anos 12 mil jovens atendidos até o momento. Meta para 2010: 23 mil.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/juventude
<i>Projovem Adolescente</i>	Serviço sócio-educativo continuado de convívio, destinado a jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de vulnerabilidade social.		2 mil jovens, divididos em 33 espaços.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/juventude

<i>Projeto Mulheres Pedreiras</i>	Aprendizagem na área da construção civil.	Coordenadoria de Políticas para Mulheres	120 mulheres.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
<i>Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família</i>	Capacitação e organização produtiva nos ramos da alimentação, confecção, construção civil e manutenção e montagem de computadores.	Coordenadoria de Políticas para Mulheres	1.500 mulheres.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
<i>Cidadania Ativa e Mulheres Jovens em Ação (recursos do PRONASCI)</i>	Capacitação, formação profissional e organização produtiva.	Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres	600 mulheres na Região do Grande Bom Jardim.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
<i>Acesso ao Crédito</i>		Coordenadoria de Políticas para Mulheres		Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
<i>Reestruturação das Lavanderias Públicas</i>		Coordenadoria de Políticas para Mulheres		Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
<i>Agricultura Urbana</i>		Coordenadoria de Políticas para Mulheres		Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
<i>Programas de Qualificação Profissional</i>	Cursos nas áreas de corte e costura, higiene e beleza, alimentação, indústria,	IMPARH em parceria com a Sec. Desenvolvimento Econômico	Não informado.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh

	artesanato, turismo e serviços.			
<i>Plano Nacional de Qualificação</i>	Cursos na área de alimentação, artesanato, comércio e serviço, indústria, turismo e economia solidária.	Governo Federal/ IMPARH	2.987 pessoas.	Site: http://www.fortaleza.ce.gov.br/impah
<i>Política Habitacional de Fortaleza</i>	Entrega de casas, melhorias em moradias, regularizações fundiárias, urbanização, construção de equipamentos sociais e resgates socioambientais.	HABITAFOR	16.924 novas residências Conjuntos Anita Garibaldi, Socorro Abreu, Planalto Pici, Nossa Senhora de Fátima, Rosa Luxemburgo, Santa Lúcia, Bárbara de Alencar I, Jana Barroso, Maria Tomásia, Marrocos e Rosalina (desde 2005).	Documento cedido pela Habitafor
<i>Política Habitacional de Fortaleza</i>	Regularização Fundiária.		30.000 ações.	Documento cedido pela Habitafor
<i>Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha</i>		Governo Federal	22.000 famílias em Fortaleza.	Documento cedido pela Habitafor

<i>Vida</i>				
<i>Política Habitacional de Fortaleza</i>	Benefício de habitabilidade.	Governo Federal/ PAC 2	Aldeia da Praia, Morro Santa Terezinha, Mercado Velho, Poço da Draga, Itaperaoba, Papoco e Morro da Vitória. (Em análise no Ministério das Cidades).	Documento cedido pela Habitafor
<i>Plano de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor)- planejamento até 2023</i>	Estudos e diagnósticos para viabilizar melhor acesso à moradia/ reutilização de áreas centrais e adequação dos projetos às demandas e necessidades, a ações de desenvolvimento comunitário e à geração de trabalho e renda.	Ministério da Cidade e a Prefeitura de Fortaleza	Famílias de baixa renda.	Documento cedido pela Habitafor

Anexo II

PROJETOS ESTRUTURANTES- EM ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

1. Hospital da Mulher

Orçado em R\$ 69 milhões é um hospital horizontal, onde funcionarão 184 leitos (sendo 20 de UTI) e ambulatórios especializados, prometendo ter um laboratório de reprodução humana.

2. Transfor

Orçado em R\$ 199 milhões, a obra pretende mudar o transporte público, implantando três corredores exclusivos para a circulação de ônibus, além da ampliação dos quatro terminais de integração.

3. Vila do Mar

Orçado em R\$ 142 milhões, pretende recuperar a infraestrutura urbana da orla na zona oeste. Uma nova via de 5,5 km será construída entre o Kartódromo e o Pólo de Lazer da Barra do Ceará.

4. Aldeia do Mar

Com orçamento de R\$ 300 milhões pretende a integração do litoral entre a Beira Mar e a Praia do Futuro. Construção de uma área de lazer denominada Jardim da Praia e revitalização do Farol do Mucuripe e do morro Santa Terezinha.

5. Reforma no Centro

Um pacote de revitalização do Centro de Fortaleza, com 25 obras, orçado em R\$ 500 milhões. Entre as obras está a criação de áreas para circulação de pedestres, reforma de teatros e projeto de habitação para a região.

6. Cinco Cucas

A Prefeitura pretende construir um espaço para juventude em cada uma das regionais da cidade com orçamento de R\$ 55 milhões. Em 2010, apenas o Cuca da Barra do Ceará está concluído.

7. COPA DO MUNDO 2014

- **ESTÁDIO**

PV - Recuperação e Modernização- **Orçamento: R\$ 54,5 Milhões**

- **MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO**

PREURBIS – Programa de Requalificação Urbana e Inclusão Social: R\$ 198,0 Milhões

BioParque Passaré: R\$ 21,448 Milhões

Balneabilidade das Lagoas: R\$ 507,0 Mil

Programa de Controle Ambiental: R\$ 6,225 Milhões

Carta Acústica: R\$ 330,0 Mil

Controle de Erosão Marítima da Beira Mar: R\$ 25,184 Milhões

Ampliar/Desobstruir a Rede de Drenagem Urbana de Fortaleza: R\$ 132,877 Milhões

Saneamento do Antigo Aterro Jangurussu: R\$ 1,5 Milhão

- **TRANSPORTE**

Recuperação de Pavimentos: R\$ 182,5 Milhões

Ligação Aeroporto – BR 222: R\$ 30,616 Milhões

Ligação Litorânea (Leste-Oeste): R\$ 18,0 Milhões

Via Expressa Norte-Sul: R\$ 98,0 Milhões

Complementação da Av. Alberto Craveiro: R\$ 33,725 Milhões

Complementação da Av. Dedé Brasil: R\$ 41,592 Milhões

Implantação do TRANSFOR – 2ª Etapa: R\$ 400,0 Milhões

Complementação da Av. Paulino Rocha: R\$ 24,290 Milhões

Ligação Av. Paulino Rocha à Av. Min. José Américo: R\$ 7,752 Milhões

Melhoria de Acesso ao Aeroporto: R\$ 53,595 Milhões

Reequipamento Operacional do Transporte: R\$ 30,0 Milhões

Implantação de Sinalização de Trânsito e Turística: R\$ 12,768 Milhões

PROMOB: R\$ 14,970 Milhões

- **SAÚDE**

Ampliação da Rede SAMU de Emergência: R\$ 4,561 Milhões

Ampliação da Rede SAMU/RMF: R\$ 1,535 Milhão

Ampliação de Leitos de UTI: R\$ 24,0 Milhões

Ampliação de Leitos Hospitalares Públicos: R\$ 53,0 Milhões

Ampliação do Atendimento de Urgência: R\$ 7,6 Milhões

Aquisição de Ambulâncias: R\$ 5,1 Milhões

Reaparelhamento das Emergências Terciárias: R\$ 4,884 Milhões

TOTAL DE RECURSOS COPA 2014: R\$ 9,4 Bilhões

TOTAL DE RECURSOS COPA 2014 - MUNICÍPIO: R\$ 2,08 Bilhões

PERCENTUAL MUNICIPAL EM RELAÇÃO AO TOTAL: 22%

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza/Assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

GOVERNO DO ESTADO

1. Aquário

O Projeto Acuario Ceará prevê US\$ 150 milhões em investimentos para o financiamento parcial do aquário, incluindo recursos do Export-Import Bank of the United States (Ex-Im-Bank) de US\$ 105 milhões e contrapartida de US\$ 45 milhões do governo do Ceará.

Com 21,5 mil metros quadrados de área construída na praia de Iracema, em Fortaleza, o aquário tem a finalidade de incentivar a atividade turística. Segundo a Secretaria de Turismo do Ceará, deverá atrair 1,2 milhões de visitantes por ano. Além disso, há previsão de que gere 150 empregos diretos e 1.600 indiretos. Tanques com capacidade para 15 milhões de litros, dois cinemas 4D e simuladores de submarinos serão as principais atrações.

Fonte: Ministério do Planejamento

2. Projeto Rio Maranguapinho

O Projeto Rio Maranguapinho é uma ação do Governo do Estado, por meio da Secretaria das Cidades, e Governo Federal que tem o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias que atualmente residem na faixa de alagamento em situação de alto risco, e nas áreas adjacentes ao rio. O conjunto de intervenções do projeto beneficiará cerca de 350 mil pessoas que residem na Bacia do Rio Maranguapinho. Para isso serão investidos R\$ 496 milhões, com recursos do Governo do Estado e Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ações:

1. Reassentamento das famílias residentes em risco para conjuntos habitacionais dotados de infra-estruturas e serviços públicos;
2. Controle de cheias;
3. Urbanização das margens do rio;
4. Recuperação ambiental do Maranguapinho;
5. Realização de trabalho técnico social com a população diretamente beneficiadas
6. Esgotamento sanitário das sub-bacias nas áreas adjacentes ao rio;

Intervenção:

1. Barragem

A barragem, que será construída entre os municípios de Maranguape e Maracanaú, irá contribuir para a redução da faixa de alagamento do rio em períodos de cheia, evitando que cerca de 20 mil famílias tenham as suas casas invadidas pelas águas do Maranguapinho.

2. Habitação

As famílias que atualmente residem dentro da faixa de preservação do rio serão reassentadas em conjuntos residenciais dotados de infraestrutura. O projeto prevê o reassentamento de 9.422 famílias nos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Maranguape.

3. Dragagem

Após o reassentamento das famílias, será iniciado o terceiro componente do programa que é a realização de uma dragagem da calha menor do rio. A dragagem possibilitará a retirada do entulho existente no rio, formado pelo lançamento desordenado de lixo no Maranguapinho.

Início: Favela Ilha Dourada, no Bairro Quintino Cunha
Final: Imediatamente a jusante da barragem do Rio Maranguapinho
Extensão: 22 km

4. Urbanização

A urbanização envolve a construção de via paisagística nas duas margens do rio, ciclovia e passeio, delimitando a faixa de preservação do Maranguapinho. Também serão implantadas ao longo do rio 40 áreas urbanizadas dotadas de espaços para convivência e equipamentos de lazer e esporte. Serão construídos: 25 playgrounds, 06 pistas de skate, 16 quadras de voleibol, 17 campos de futebol e ainda 140.000 m² de calçada, incluindo arquitetura paisagística com mobiliário urbano e vegetação.

Localização: Da Avenida Mister Hull ao 4º Anel Viário, em Maracanaú
Extensão total: 22,69 km, sendo 12,13Km na margem esquerda e 10,56 na margem direita

5. Saneamento

O Projeto envolve ainda a implantação do sistema de Esgotamento Sanitário nas Sub-bacias adjacentes a área do Rio Maranguapinho. As obras beneficiarão as famílias dos bairros: Granja Portugal, Autran Nunes, Bom Sucesso, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXII, Bela Vista, Demócrito Rocha, Couto Fernandes, Jóquei Clube, Panamericano, Pici, Conjunto Ceará, Genibaú, Parque São José, Bom Sucesso, Vila Pery e Vila Manoel Sátiro.

Fonte: Secretaria das Cidades

3. COPA DO MUNDO 2014

- Duplicação da rodovia CE-025 – trecho entre CE-040 – av. Maestro Lisboa – rio Pacoti- R\$ 41 milhões
- Acesso rodoviário da ponte da Sabiaguaba à CE-040 / anel viário- R\$ 62,5 milhões
- Conclusão da ponte da Sabiaguaba- R\$ 9,7 milhões
- Duplicação do anel viário de Fortaleza- R\$ 162,8 milhões
- Anel viário- R\$ 146 milhões
- Conexão anel/estádio- R\$ 89 milhões
- Intervenções shopping- R\$ 12 milhões

Fonte: SEINFRA

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** V.9, N.2 / Novembro 2007, p.25-54.
- ALVES, M. Aurélio de A.; FREITAS, Geovani F. A inversão das vozes: narrativas sobre o Grande Bom Jardim In: ARAGÃO, Elizabeth F. *et alii.* (orgs). **Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade.** Fortaleza: EDUECE, 2008.
- ARAGÃO, Elizabeth F. *et al.* **Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade.** Fortaleza: EDUECE, 2008.
- ARAÚJO, P.Pontes; VIANNA, P. J Ramos; HOLANDA, M. C. **Um perfil das empresas atraídas pelo FDI no período 2001-2006.** Fortaleza: IPECE, Texto para Discussão, 2006.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade, conflitos simbólicos, patrimônio e invenção das tradições. **Análise Social** (Lisboa), v. XLII, p. 163-180, 2007.
- _____. **O Reverso das Vitrines: Conflitos Urbanos e Cultura Política.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**”. Fortaleza: UFC/BNB, 2004.
- CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos- conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DAVEZIES, Laurent. **La république et ses territoires.** Paris: Seuil, 2008.
- DELAPIERRE, M. De l’internalisation à la globalisation In Veltz, P.; Savy, M. **Economie globale et réinvention du local.** Paris: Editions de l’Aube, 1995.
- GASPAR, R, C. A economia política da urbanização: evidências, impropriedades, desafios. São Luis: **XV Encontro Nacional de Economia Política**, 01 a 04 de junho de 2010.
- GONDIM, Linda; FIGUEREDO, Ricardo; STUDART, Fontenele. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: um projeto de requalificação da antiga área portuária de Fortaleza. In: VARGAS, Heliana; CASTILHO Ana Luísa (Org.) *Intervenções em centros urbanos.* São Paulo: Manole, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**’. São Paulo: Loyola, 1995.

HALBERT, A. **Du “modèle” de développement économique à une nouvelle forme de gouvernance métropolitaine?** Mondialisation, TIC et transformation urbaine à Bangalore. Paris: Métropoles, n° 2, 2007.

HUGON, P. Mondialization, metropolisation et effet de crise dans les économies en développement, in: Osmont, A.; Goldblum C. (org.). **Villes et citoyens dans la mondialisation**. Paris: Karthala/Gemdev, 2003.

IERVOLINO, S A.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev Esc Enf USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.

LIMA FILHO, Irapuan P. **“Em tudo o que eu faço, eu procuro ser muito rock and roll”**- rock, estilo de vida e rebeldia em Fortaleza. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará em 24 de junho de 2010.

LIMA, Cláudio F. Cidades do Ceará: origens, transformações e perspectivas In: **Anuário do Ceará 2006**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006, p. 395-452.

MESQUITA, E. C. **Informalidade no mercado de trabalho de Fortaleza: dimensão e características**, Fortaleza: IDT, 2008.

MOATI, P.; MOUHOUD, E. M. Decomposition internationale des processus productifs, polarisation et division cognitive du travail. **Revue d’Economie Politique**, Paris, p. 1-15, dez. 2005.

_____. **Information et organisation: vers une division cognitive du travail**. *Economie Appliquée*, v. 46, n. 1, 1994.

MOREIRA, Carlos Américo L. “Desigualdades Espaciais no Estado do Ceará”- **BNB Conjuntura** n° 21. Fortaleza, 2009.

MOREIRA, Carlos Américo L.. & MELO, Maria Cristina P. Firmas multinacionais e inserção produtivo-tecnológica de países periféricos: o caso brasileiro, Recife: Recitec. , p.118 - 145, 2002.

PAIVA, Luís Fábio S. Bairro Bom Jardim: formação, desigualdade e segurança pública In: ARAGÃO, Elizabeth F. *et alii.* (orgs). **Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade**. Fortaleza: EDUECE, 2008.

PAIVA, W; CAVALCANTE, A.; ALBUQUERQUE, D. **Localização Industrial: evidências para a economia cearense**. Fortaleza: IPECE, Texto para Discussão, 2007.

PEQUENO, L. R. B. (org). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

POTTIER, C. **Les multinationales et la mise en concurrence des salariés**. Paris: Harmattan, 2003.

_____. Coût du travail, delocalisation et intégration mondiale de la production par les firmes. **Mondes en Développement**, n. 24, p. 37-48, 1996.

ROLNIK, R. Apresentação geral – curso a distância em regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. In: Rolnik, R. *et AL. Regularização Fundiária de assentamentos urbanos informais*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

SASSEN, Saskia, (ed.) **Global networks, linked cities**. Routledge, New York, USA, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. . Movimentos Sociais - Biblioteca Ideal. **Informativo da Sociedade Brasileira de Sociologia**, n. 11, 1995, p. 1-6.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPLA (Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento). **Fortaleza em números**. Fortaleza: Prefeitura Municipal, 2003.

SILVA, José Borzachiello da. A cidade contemporânea no Ceará In: SOUZA, Simone de. (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

INTERNET:

BONDUKI, Nabil. Imposto progressivo sobre imóveis ociosos. Disponível em www.cartacapital.com.br

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza é a 5ª capital mais populosa do Brasil. Edição de 05/11/2010. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com>

_____.63 milhões serão dependentes do Bolsa Família. Edição de 23/05/2010. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com>

HABITAFOR. Minha Casa, Minha Vida vai construir 15 mil casa em Fortaleza. Disponível em www.fortaleza.ce.gov.br/habitafor

HABITAFOR. Programas. Disponível em www.fortaleza.ce.gov.br/habitafor

IDT. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) set. 2010. Disponível em www.idt.ce.gov.br

IPECE. Análise Comparativa: Perfil Básico Regional. Disponível em www.ipece.ce.gov.br

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Ministro afirma que Minha Casa Minha Vida deve entregar 280 mil moradias até final do ano. Disponível em www.cidades.gov

O POVO. Famílias têm mais dinheiro e aumentam gastos. Edição de 08/11/2010. Disponível em www.opovo.com.br

O POVO. Invasões Crescem na Cidade. Edição de 30/08/2010. Disponível em www.opovo.com.br

UOL. Cidades brasileiras integram lista das mais desiguais. 19/03/2010. Disponível em www.uol.com.br

Sites consultados:

<http://www.sde.fortaleza.ce.gov.br>

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/juventude>

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres>
<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>
<http://www.planejamento.gov.br>
<http://www.cidades.ce.gov.br>
<http://www.seinfra.ce.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br>